Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quinta-feira, 6 de junho de 2024

EDIÇÃO 25.094

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Rede chinesa compra café do País por US$ 500 mi

A Luckin Coffee vai comercializar o café importado do Brasil em uma rede de 16 mil lojas distribuídas em toda a China FOTO: DIVULGAÇÃO/ GETTY IMAGES

ECONOMIA Luckin Coffee assina acordo com o governo brasileiro para importar 120 mil toneladas neste ano

A rede chinesa Luckin Coffee, com mais de 16 mil lojas no país asiático, assinou um acordo com o governo brasileiro para comprar 120 mil toneladas de café neste ano, no valor de US$ 500 milhões. A iniciativa vai ampliar os embarques do grão para a China , principalmente de cafés especiais. O diretor executivo da Brazil Specialty Coffee Association (BSCA), Vinicius Estrela, avalia que o memorando inaugura uma nova fase na promoção do café brasileiro.

Responsável por mais de 50% da produção nacional, os cafeicultores mineiros serão beneficiados com o novo contrato de importação da Luckin Coffee. De acordo com a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), a China já ocupa a 6ª posição no *ranking* de compradores do café de Minas Gerais. No primeiro quadrimestre, as exportações movimentaram US$ 87 milhões, com embarques de 422 mil sacas de 60 quilos, uma expansão de 168,4% no valor e 167,7% no volume.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), a Luckin Coffee, por meio da parceria, se comprometeu a promover e comercializar ativamente o café brasileiro para seus clientes e parceiros. "Em 2022, o Brasil exportou US$ 80 milhões em café e no ano passado, foram US$ 280 milhões. O valor foi praticamente quatro vezes mais que no ano anterior", afirmou o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, responsável pela assinatura do acordo. **PÁG. 8**

TCU vai analisar plano de concessão da BR-040, entre Juiz de Fora e Rio

O trecho entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro tem 217,6 quilômetros FOTO: DIVULGAÇÃO/ CNT

O plano de outorga da ANTT para a concessão da BR-040/495/MG/RJ, no trecho de 217,6 quilômetros entre Juiz de Fora e o Rio de Janeiro, foi aprovado pelo Ministério dos Transportes e segue para análise do TCU. A concessão terá duração de 30 anos, prorrogável por igual período. O critério de julgamento será o menor valor de tarifa de pedágio. A previsão é investimentos de R$ 9 bilhões. **PÁG. 3**

Adriana Muls propõe compromisso nas eleições FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / JULIANA SODRÉ

Gestores públicos devem se engajar no desenvolvimento sustentável

O engajamento dos gestores nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi a principal proposta do painel mediado pela presidente do Diário do Comércio, Adriana Costa Muls, realizado ontem dentro do 39º Congresso Mineiro de Municípios. Em ano eleitoral, para Adriana Muls, é essencial que os candidatos às prefeituras se comprometam com a premissa dos ODS. **PÁG. 9**

O índice de confiança ainda é satisfatório FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

Confiança do varejo da Capital tem queda de 5,1% em maio

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) de Belo Horizonte caiu 5,1% em maio frente a abril e atingiu o menor nível desde julho de 2023, aponta o levantamento realizado pela Fecomércio MG. Apesar da queda, o indicador permaneceu em patamar satisfatório, com 102,6 pontos. Em relação ao mesmo mês do ano passado, o recuo foi de 2,3%. **PÁG. 5**

O BH Airport ficou em 2º lugar no País em número de voos FOTO: DIVULGAÇÃO / BH AIRPORT

Voos domésticos diretos do BH Airport aumentam 20,6%

Os voos domésticos diretos do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (BH Airport) cresceram 20,6% de janeiro a abril. O terminal mineiro ficou em 2º lugar no País, atrás apenas do aeroporto de Viracopos, em São Paulo. O número de passageiros do BH Airport subiu quase 8% em relação ao mesmo período de 2023, chegando a cerca de 3,6 milhões de pessoas. **PÁG. 6**

ARTIGOS

EDITORIAL

Conforme o Censo da Educação Superior de 2022, 9,4 milhões de estudantes estavam matriculados em escolas superiores no País. Já o IBGE informa que 19,7% dos brasileiros têm formação superior, bem distante do registro relativo aos países desenvolvidos, porém significativo se considerado que o percentual apurado equivale ao dobro, ou 7,9%, do início da década passada. Quantitativamente, sugerem os dados recolhidos e agora divulgados, foram registrados avanços relevantes, indicando que uma parcela maior de brasileiros foi capaz de abrir as portas que podem conduzi-los a um futuro melhor. Cabe cautela nessa avaliação. De 10 estudantes que recebem diploma de graduação superior apenas um consegue trabalho imediato e renumerado na sua área. Tudo isso apesar da necessidade de mão de obra qualificada nas empresas ou da fuga para o exterior dos melhores talentos. **PÁG. 2**

DÓLAR DIA 5

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,2970	R$ 5,2970
TURISMO	R$ 5,3260	R$ 5,5060
PTAX (BC)	R$ 5,2835	R$ 5,2841

EURO DIA 5

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,7395	R$ 5,7406

OURO DIA 5

NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 2.355,22
BM&F (g) R$ 399,65

TR dia 6	0,1103%
POUPANÇA dia 6	0,6109%
IPCA – IBGE abril	0,38%
IPCA – IPEAD abril	0,24%
IGP-M abril	0,31%

BOVESPA

OPINIÃO

A guerra do Hamas contra Israel

André Naves

Defensor Público Federal, especialista em Direitos Humanos, Inclusão Social e Economia Política; Conselheiro do grupo Chaverim; Autor do livro "Caminho – A Beleza é Enxergar

A inclusão social não tem ideologia. A humanidade não tem cores políticas. Infelizmente, muitos têm sido os inescrupulosos que instrumentalizam o sofrimento humano em favor de suas ideias, preferências e preconceitos. De maneira lamentável, a violência e o autoritarismo vêm ganhando terreno e inviabilizando o diálogo e a tolerância. É uma espiral nefasta que produz exclusão, barreiras e ira.

É bem sabido que a deficiência não está relacionada à pessoa, mas sim à interação dela com as estruturas ambientais e sociais que a circundam. Dessa maneira, pessoa com deficiência é aquela que enfrenta, cotidianamente, barreiras das mais diversas, sendo excluída da participação social. Isso significa que em um cenário de maiores barreiras sociais, que excluem as individualidades mais diversas da sociedade, nós percebemos um empobrecimento social. Em outras palavras, pode-se dizer que a intolerância à diversidade resulta em sociedades menos plurais, e, assim, menos criativas e inovadoras.

Todas as vítimas da guerra devem ser lamentadas e merecem respeito!

Levando-se em conta as atrocidades cometidas pelo Hamas em 7 de outubro, além dos terríveis desdobramentos bélicos, nós podemos observar, de ambos os lados do *front*, o surgimento de novos ferimentos, amputações, cegueiras e doenças das mais variadas (desde a inanição até uma série de sequelas mentais), que exponenciarão a exclusão social, empobrecendo a diversidade social e aumentando o sofrimento, já enorme.

"De maneira lamentável, a violência e o autoritarismo vêm ganhando terreno e inviabilizando o diálogo e a tolerância"

Como ficaram os ânimos israelenses após tamanha brutalidade cometida pelo Hamas? Crianças decapitadas ou queimadas vivas, assassinatos a sangue frio, estupros e torturas. Não é fácil sobreviver em tamanho cenário infernal. Como exemplo, podemos citar as crianças Ariel, de 3 anos, e Kfir, de 9 meses, ambos ainda mantidos nos calabouços imundos do Hamas. Por outro lado, e os ânimos palestinos diante de tanta destruição em Gaza? Tanta morte? Tanto sofrimento? Tamanha impossibilidade de recomeço e reconstrução? Ao invés de equalizar barreiras, continuamos, nós humanos, construindo muros, inviabilizando a paz e excluindo todas as parcelas indesejadas de nossa sociedade.

Até quando?%

12 jurados e uma sentença

Cesar Vanucci

Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

"A justiça provou que todos são iguais perante a lei" (presidente, Joe Biden)

Na era dourada de Hollywood, aficionados da chamada 7ª arte foram brindados por produções que deixaram registro inesquecível na memória. Caso sem tirar nem pôr do célebre "12 homens e uma sentença", que acabou rendendo premiações em suas duas versões. A primeira delas, em 1957, dirigida por Sidney Lumet, com Henry Fonda à frente do elenco. Jack Lemmon, sob a direção de William Friedkin, liderou outro elenco na versão de 97. O enredo desenrola-se numa sala onde 12 cidadãos avaliam um caso criminal, com a incumbência de decidir o destino do réu. A câmera e os diálogos exploram admiravelmente as reações comportamentais.

Deve ter acontecido com um mundão de gente o que ocorreu com este desajeitado escriba ao acompanhar os lances da cobertura televisionada referente ao julgamento de Donald Trump, formalmente acusado pela justiça de seu país por 34 crimes. As cenas do filme ricochetearam fortemente na lembrança.

"Ao deixar o tribunal, em tom colérico, Donald Trump disparou uma metralhadora giratória de impropérios contra o presidente Joe Biden (chamado-o de burro)"

Os infatigáveis repórteres liberavam informações a curtos intervalos, sobre o que se passava no tribunal. Faziam especulações acerca do que estaria rolando na inacessível sala onde 7 homens e 5 mulheres definiam a sorte do ex-presidente. Olhos grudados nas imagens do receptor, os telespectadores seguiam as narrativas, dando largas à imaginação quanto ao que deveriam estar fazendo naqueles momentos os 12 jurados. Perguntávamos a nós mesmos qual seria o placar do veredito. Sabedores de que a decisão para ser legitimada teria que obedecer a unanimidade em cada item acusatório, arriscávamos palpites sobre o resultado final. Em dado momento, um jornalista antecipou que pelo menos em uma das acusações Trump já havia sido condenado.

Mas o resultado, surpreendendo o réu, só chegou horas depois. Em decisão histórica, inédita na vida americana, Donald Trump foi condenado em todas as 34 situações declinadas no libelo acusatório.

Ao deixar o tribunal, em tom colérico, Donald Trump disparou uma metralhadora giratória de impropérios contra o presidente Joe Biden, (chamado-o de burro), o juiz, o promotor e o júri, afirmando que todos participaram de um complô tenebroso para afastá-lo do poder. Em seu destempero verbal, não poupou nem mesmo, descabidamente, os imigrantes, dizendo que "são todos bandidos". Recebeu, por incrível que pareça, a solidariedade de governantes autocratas, como Putin e Viktor Orbán, além de anêmicos "*covers*" espalhados pelo mundo.

Correndo o risco de ser preso, Trump vai responder ainda a novos processos, envolvendo acusações muito mais graves entre elas atentado contra a democracia pela invasão do Capitólio.

A legislação estadunidense não impede que um condenado exerça a presidência, mas, convenhamos, como será possível a maior democracia do mundo confiar a alguém com um prontuário desses a responsabilidade de gerir os negócios do país e de influir, com o poder de apertar botões fatídicos, nos destinos de toda a humanidade?

Curiosidade, no filme o réu é inocentado... %

EDITORIAL

Esforços perdidos

Conforme dados do Censo da Educação Superior, com informações relativas ao ano de 2022, os mais recentes disponíveis, 9,4 milhões de estudantes estavam matriculados em escolas superiores no País naquele ano. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informa que 19,7% dos brasileiros têm formação superior, bem distante do registro relativo aos países desenvolvidos, porém significativo se considerado que o percentual apurado equivale ao dobro, ou 7,9%, do início da década passada. Quantitativamente, sugerem os dados recolhidos e agora divulgados, foram registrados avanços relevantes, indicando que uma parcela maior de brasileiros foi capaz de abrir as portas que podem conduzi-los a um futuro melhor.

Cabe alguma cautela nessa avaliação. Em primeiro lugar faltaria entender a qualidade do ensino ofertado, padrão em que existem indicativos de que teria havido involução e não apenas nos estabelecimentos particulares, cujos padrões não raro se perdem na falta de recursos ou na busca de resultados a qualquer preço. Também as escolas públicas, universidades federais que no geral já foram padrão de excelência, perderam substância na mesma medida em que foram relegadas a segundo plano, perdendo verbas e recursos essenciais à própria manutenção. Para um país que parece ter como certo que educação é a chave para as transformações reclamadas nos campos social e econômico, para um país em que referências ao sucesso construído pela Coreia a partir de investimentos na educação viraram lugar comum, sobretudo nos palanques, é preciso entender o que se passa.

Sobretudo diante da informação de que hoje de 10 estudantes que recebem diploma de graduação superior apenas um consegue trabalho imediato e remunerado na sua área de formação. Tudo isso apesar da necessidade de mão de obra qualificada nas empresas ou da fuga para o exterior dos melhores talentos, justamente os que vão buscar lá fora as oportunidades que não encontram no seu país. Entender mais precisamente o que se passa, entender a natureza do descompasso entre vagas ofertadas e a real demanda do mercado de trabalho parece ser exercício fundamental para que jovens estudantes não tenham seus sonhos e esforços transformados em frustração. Evidentemente também para que os investimentos realizados não se percam.

Os dados já conhecidos, como aqueles apresentados neste comentário, oferecem pistas muito importantes para a necessária revisão, para fazer com que a formação universitária no país seja, como deveria ser, bem mais que diplomas para adornar paredes de pais ou estudantes orgulhosos. Há de estar bem próxima da realidade a conclusão de que falta foco na oferta de vagas, assim como pode estar faltando foco e orientação quando os estudantes fazem suas opções, não raro sem a percepção clara de que estão dando o passo mais importante de suas vidas na direção do futuro.

Perder todo esse impulso, ou mesmo parte dele, é um luxo a que não podemos nos permitir. %

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br

SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana

ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana

PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50

Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.

FILIADO À

SINDIJORI
Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Projeto de concessão da BR-040 avança

JUIZ DE FORA-RIO DE JANEIRO Plano de outorga do trecho apresentado pela ANTT ao Ministério dos Transportes foi aprovado

THYAGO HENRIQUE

O Ministério dos Transportes aprovou o plano de outorga apresentado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que visa à concessão da BR-040/495/MG/RJ, no trecho entre Juiz de Fora, na Zona da Mata, e a capital do Rio de Janeiro. A aprovação consta em portaria publicada na edição de ontem (5), do Diário Oficial da União (DOU).

Agora a documentação para a transferência do ativo à iniciativa privada seguirá para análise do Tribunal de Contas da União (TCU). Após o aval da Corte de Contas, os próximos passos serão o lançamento do edital e, posteriormente, o leilão de concessão – previsto para o último trimestre deste ano. A expectativa da Pasta é que todo o processo seja concluído até novembro.

"A BR-040 é um importante corredor logístico para o Brasil, já que liga as regiões Sudeste e Nordeste do País. Além, é claro, de dar acesso ao Porto do Rio de Janeiro, que movimentou aproximadamente R$ 10 milhões de toneladas de cargas de janeiro a novembro de 2023. Estamos com grandes expectativas em relação ao leilão", destacou a secretária Nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, em nota divulgada pelo Ministério dos Transportes.

Investimentos - O trecho da BR-040 que liga Juiz de Fora ao Rio de Janeiro tem 217,6 quilômetros de extensão e passa por dez municípios. Segundo o governo federal, cerca de 1,8 milhão de pessoas moram na região da estrada e serão diretamente beneficiadas pelas melhorias previstas no edital. Quase 70 mil empregos, entre diretos e indiretos, deverão ser criados, além da geração de efeito renda.

A concessão ao setor privado terá duração de 30 anos e será prorrogável por até mais 30 anos. O critério de julgamento da melhor proposta no leilão será o menor valor de tarifa de pedágio, atrelado à previsão obrigatória de aporte de recursos vinculados ao contrato. A previsão é que R$ 9 bilhões sejam investidos pela concessionária na rodovia, entre obras e custos operacionais.

Outro trecho - Quando o certame da BR-040 entre a Zona da Mata e a capital fluminense for realizado, a atual concessionária deixará a operação. Desde a década de 1990, a Concer é responsável por gerir 180 km dessa parte da rodovia. O contrato da empresa com a União se encerrou em 2021, mas a companhia obteve na Justiça o direito de seguir operando até que a estrada seja relicitada.

Esse será, inclusive, o segundo segmento da rodovia a ser leiloado neste ano. Em abril, o grupo EPR venceu o leilão do trecho de 232 km, que interliga Belo Horizonte e Juiz de Fora. O resultado representou um feito: foi a primeira vez que o governo federal concluiu um processo de relicitação rodoviária depois que a Lei de Relicitações passou por mudanças em 2017.

> **"O trecho da BR-040 que liga Juiz de Fora ao Rio de Janeiro tem 217,6 quilômetros de extensão e passa por dez municípios"**

Nesse segundo caso, a empresa vencedora ficará no lugar da Via 040, que assumiu, em 2014, a BR-040, em um pacote maior - de 936 km - entre a Zona da Mata e Brasília. A companhia devolveu a concessão à União, alegando dificuldades financeiras. Para ser mais atraente aos investidores, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) decidiu fatiar a rodovia em três trechos, que inclui o licitado recentemente, além da Rota dos Cristais e da Rota do Pequi.

A Rota dos Cristais, que compreende 594,8 km da BR-040, da capital mineira até Cristalina, em Goiás, teve o edital publicado em maio, com previsão para o leilão ocorrer em setembro. Já o projeto da Rota do Pequi, que tem 315 km de extensão, incluindo o trecho da BR-040 de Cristalina até Brasília, além de segmentos das BRs 060 e 153 da capital federal até a cidade de Goiânia (GO), está em estudo e o processo de concessão deve ocorrer somente em 2025.

Raio-X da concessão da BR-040/495/MG/RJ

R$ 5 bilhões para intervenções
R$ 4 bilhões em serviços operacionais
13,13 quilômetros de duplicações
83,42 quilômetros de faixas adicionais
15 passarelas de pedestres
3 túneis
2 pontos de parada para descanso
10 municípios beneficiados
1,8 milhões de habitantes na área de influência
70 mil novos empregos (diretos, indiretos, efeito-renda)

BR-040 é importante corredor logístico do País FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / MARA BIANCHETTI

INDÚSTRIA

Setor inicia 2º trimestre com queda acima do esperado

São Paulo/Rio de Janeiro - A produção do setor industrial brasileiro iniciou o segundo trimestre com queda maior do que a esperada em abril e interrompendo dois meses seguidos de altas, pressionada pelo setor extrativo. Em abril, a produção do setor teve recuo de 0,5% na comparação com o mês anterior, em resultado mais fraco do que a expectativa em pesquisa da Reuters de contração de 0,2%.

Os dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram ainda que, na comparação o mesmo mês do ano anterior, a produção teve alta de 8,4%, contra expectativa de 8,3%. Os resultados deixam o setor ainda 0,1% abaixo do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020, e 16,8% abaixo do recorde alcançado em maio de 2011.

Analistas acreditam que a indústria brasileira deve continuar contribuindo pouco para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). No primeiro trimestre, o setor teve contração de 0,1%, de acordo com os dados do PIB divulgados na véspera.

Uma demanda doméstica resiliente com um mercado de trabalho aquecido, condições financeiras e de crédito melhores e melhora da confiança dos empresários podem favorecer o setor, bem como a redução da taxa básica de juros Selic.

O IBGE destacou que em abril a principal influência negativa foi exercida pelas indústrias extrativas, com recuo de 3,4% na produção do mês devido à queda tanto do minério de ferro como do petróleo. "Foi um abril muito influenciado pela extrativa mineral, que tem peso relevante. Sem a extrativa mineral, o índice seria positivo em 0,3%", destacou André Macedo, gerente da pesquisa.

Também se destacaram os desempenhos de produtos alimentícios (-0,6%), de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-0,6%) e de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-2,6%).

Na outra ponta, o destaque positivo foi a indústria automobilística, com alta de 13,2% da produção em abril. "Esse movimento está relacionado ao mercado doméstico, influenciado pelo comportamento positivo do mercado de trabalho, com o aumento de pessoas ocupadas e da massa de rendimentos; flexibilização da política monetária com redução da taxa de juros; e queda da inadimplência", explicou Macedo.

Entre as categorias econômicas, a produção de Bens de Capital aumentou 3,5%, e a de Bens de Consumo cresceu 0,2%. "Esses movimentos podem estar relacionados aos cortes na taxa básica de juros iniciados no ano passado", avaliou Claudia Moreno, economista do C6 Bank. E continuou: "Daqui para a frente, acreditamos que o setor registrará períodos de oscilação, fechando o ano com leve alta".

Por outro lado a categoria de Bens Intermediários contraiu 1,2%. **(Reuters)**

RECLAMAR ATRASA A SUA VIDA

DAVID BRAGA

CEO, board advisor e headhunter da Prime Talent, empresa de busca e seleção de executivos, presente em 30 países e 50 escritórios pela Agilium Group; É Conselheiro de Administração e Professor pela Fundação Dom Cabral e Conselheiro da ABRH MG, ACMinas e ChildFund Brasil. Instagrams: @davidbraga | @prime.talent

No ambiente corporativo, frequentemente nos deparamos com uma variedade de perfis, nem sempre alinhados a nossas convicções. Essa diversidade pode tornar nossos relacionamentos mais ou menos desafiadores. Empresas voltadas para uma cultura organizacional saudável estão atentas à promoção de ambientes colaborativos, reconhecendo a cocriação como fundamental para a inovação tão almejada.

Quem nunca enfrentou dificuldades ao lidar com líderes, colegas ou liderados? Ninguém deseja um ambiente tenso; concorda? Embora seja possível evitar algumas pessoas no ambiente de trabalho, outras são essenciais para nosso dia a dia, independentemente de nossa afinidade com elas. Assim, é crucial lidar com tais situações com maturidade emocional, resiliência e habilidades comunicativas.

O protagonismo na carreira profissional é essencial, pois permite que cada indivíduo estabeleça padrões de comportamento. Em todas as interações humanas, é necessário definir limites, exigir respeito e manter uma postura de reciprocidade. Somos contratados para solucionar problemas, não para criá-los. Portanto, ao lidar com conflitos interpessoais, é essencial buscar o diálogo aberto e assertivo como primeira medida para sua resolução.

Em todas as interações humanas, é necessário definir limites, exigir respeito e manter uma postura de reciprocidade. Diante de situações desconfortáveis, é comum sucumbirmos à tentação da reclamação, o que pode prejudicar tanto nossa própria imagem profissional, quanto o ambiente de trabalho como um todo.

É importante questionar a eficácia de reclamar: realmente resolve problemas? Frequentemente, a reclamação não apenas falha em solucionar questões, mas, também, alimenta sentimentos negativos e propaga a negatividade em nosso entorno. Como observou Napoleon Hill, escritor estadunidense influente na área de autoajuda, "pessoas que vivem de queixas e lamentações não conseguem desenvolver uma personalidade atrativa". Dessa forma, é necessário considerar como nossas atitudes estão moldando nossa imagem e afetando nossa credibilidade, especialmente em ambientes profissionais onde somos, constantemente, avaliados por colegas, superiores e clientes.

Enfrentar desafios faz parte do desenvolvimento profissional e a capacidade de agir diante de situações adversas muitas vezes determina o sucesso ou fracasso de um profissional. Em vez de resolver problemas, a reclamação pode amplificar sentimentos de insatisfação e negatividade, além de criar um ciclo vicioso de pessimismo. Optar por abordagens mais construtivas, como a busca por soluções e a prática da gratidão, pode ser mais benéfico tanto para nós mesmos quanto para aqueles ao nosso redor.

A CALMARIA QUE PRECEDE A TEMPESTADE

GUILHERME ALMEIDA

Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG.Redes Sociais - Instagram: @guilherme.certifiquei / Linkedin: https://www.linkedin.com/in/guilherme-almeida-economista

Recentemente, o IBGE divulgou os números do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2024. O indicador cresceu 0,8% em relação ao trimestre anterior.

No que diz respeito aos setores econômicos, a agropecuária se destacou com um crescimento de 11,3%, frente ao 4º trimestre de 2023, evidenciando seu desempenho sazonal. A indústria, por sua vez, mostrou relativa estabilidade, com uma leve queda de 0,1%, refletindo o desempenho mais fraco da indústria extrativa e da construção. O setor de serviços também teve um papel importante, apresentando aumento de 1,4% . Esse crescimento foi impulsionado pelo comércio, atividades de informação e comunicação, serviços imobiliários, transportes e outros serviços, especialmente aqueles voltados para as famílias.

Sob a perspectiva da demanda, houve um crescimento de 4,1% na Formação Bruta de Capital Fixo, uma medida que avalia os investimentos produtivos. Esse aumento foi impulsionado pelas importações de bens de capital, pelo bom desempenho da construção civil e pelo desenvolvimento de novos sistemas. O Consumo das Famílias, por sua vez, impulsionado por programas governamentais de transferência de renda, pela melhoria contínua do mercado de trabalho, pela redução dos juros e pela menor pressão sobre os preços, também cresceu (1,5%). Os gastos do governo apresentaram estabilidade, enquanto as exportações aumentaram 0,2% e as importações cresceram 6,5%. Esses dados refletem um ambiente onde a demanda interna é robusta, embora a competitividade externa ainda possa requerer ajustes.

Com o crescimento do consumo acima do PIB, a taxa de poupança caiu para 16,2%, uma redução de 1,3 ponto percentual em relação ao 1º trimestre de 2023. A taxa de investimento manteve-se relativamente estável (16,9% do PIB).

O PIB do 1º trimestre de 2024 continuou a crescer em comparação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pelo bom desempenho de atividades cíclicas, como a indústria de transformação, bem como pelo aumento do consumo das famílias e dos investimentos produtivos. A expansão da renda e a maior concessão de crédito ajudaram a explicar esse crescimento, e tais fatores devem continuar a impulsionar a atividade econômica.

No entanto, apesar do bom desempenho, espera-se que o ritmo de crescimento desacelere nas próximas divulgações devido, em grande parte, aos eventos ocorridos no Rio Grande do Sul, cuja participação é estimada em 6,5% no PIB nacional. Setores como a indústria de transformação e a agropecuária serão mais afetados, visto quepossuem maior peso no PIB estadual. Nos serviços, transportes e atividades ligadas às famílias também sofrerão impacto, devido à piora na mobilidade e às restrições na oferta de serviços pessoais, de alojamento e alimentação. O auxílio fiscal e de crédito, voltados a reconstrução do estado, podem contribuir para a redução dos impactos negativos. Seus efeitos, porém, serão diluídos ao longo dos próximos trimestres. Logo, mesmo com o resultado positivo divulgado, ainda há incertezas sobre o desempenho do PIB em 2024.

Analistas do mercado financeiro estimam uma alta de 3,88% do IPCA FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Inflação em alta pode afetar crescimento do PIB

CONJUNTURA Economistas consultados pelo Diário do Comércio mostraram preocupação com as perspectivas de aceleração do IPCA

RODRIGO MOINHOS

Quando se fala em inflação, o horizonte desenhado para a economia no restante de 2024 e para o ano seguinte não aponta para um céu de brigadeiro. A estimativa do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o atual exercício subiu de 3,86% para 3,88%, enquanto a previsão para a inflação de 2025 avançou de 3,75% para 3,77%. Quando a projeção de inflação aumenta, sinaliza uma tendência de redução de consumo o que acende um sinal amarelo em todo o País.

A inflação é um movimento que preocupa, pois a taxa de juros impacta em todos os agentes econômicos, afirmou o professor de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e conselheiro do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), Francisco Horácio. "A inflação eleva o custo do crédito para o consumidor, aumenta o custo dos empréstimos para investimentos e faz com que a indústria venha a retrair os planos na hora de investir", enumerou.

De acordo com Horácio, outro componente importante é a elevação no custo da dívida pública que, com o aumento no volume dos juros, traz restrições ao orçamento público. "É uma preocupação generalizada quando a previsão da Selic é para cima, pois, com o aumento no custo dos empréstimos, a tendência é que os investimentos produtivos sejam reduzidos, fazendo com que haja retração no Produto Interno Bruto (PIB)", avaliou.

Outro ponto destacado por ele é que, com o aumento da dívida do governo, são reduzidos os aportes em infraestrutura e, devido à queda dos investimentos públicos, consequentemente, geram impactos, como redução tanto no volume de empregos quanto na renda da população, salientou. "Acredito que são dois fatores impactando na alta da inflação na economia: a iminência de guerra no Oriente Médio, que vai elevar o preço do petróleo, e a pressão do custo dos alimentos", apontou.

Reversão - Para ele, no curto prazo será difícil reverter essa tendência de inflação. "O governo precisará aumentar a capacidade de oferta de bens agrícolas no mercado interno, aumentando as políticas setoriais para estimular o setor agrícola a produzir para tentar reduzir a pressão inflacionária que virá do segmento agrícola. Outro ponto é buscar ampliar a capacidade de extração e refino da Petrobras, e de outras empresas que atuam no setor, para que seja possível usar mecanismos para tentar conter a inflação", ponderou.

> **"O governo precisará aumentar a capacidade de oferta de bens agrícolas no mercado interno"**
> Francisco Horácio

Economista afirma que mercado demorou a perceber o cenário

O coordenador do curso de Ciências Econômicas do Ibmec-BH, Ari Francisco de Araújo Júnior, reforça que a inflação se tornou uma preocupação para a economia brasileira. "Não sei como o mercado demorou a perceber o desenho deste cenário, mas os sinais foram claros desde o início do atual governo Lula. Muitos economistas não vislumbraram os perigos ainda no plano de governo. Temos uma situação atual de endividamento crescendo e, provavelmente, o governo entregará déficits consolidados iguais ao período de pandemia, sem estarmos vivendo uma", comparou.

Outro fator apontado pelo coordenador é a preocupação sobre a forma como a política monetária será tratada até o final deste governo. "Quando o governo gasta mais, acaba contribuindo para o efeito momentâneo da elevação de produtividade, mas é uma ação normalmente feita em final de mandato para manter a popularidade e se reeleger. Sabemos que o ambiente inflacionário gera incertezas que implicam em uma possível queda na demanda, com as pessoas comprando menos e as empresas investindo menos", ponderou.

Segundo ele, a visão de administração do governo atual é diferente e "não há preocupação com o endividamento, pois o gestor acredita que assim que a política econômica deve ser usada", criticou.

Braga: "Brasil não é a Argentina, mas sinais são preocupantes" FOTO: HOMERO XAVIER / FDC

Para o professor da Fundação Dom Cabral (FDC) Carlos Primo Braga, a elevação da inflação nunca é um fator positivo. "Do ponto de vista histórico, está dentro da área alvo do Banco Central (BC), porém a trajetória de alta afeta as camadas sociais mais pobres do País. Existem alimentos que poderão sofrer variação, como é o caso do arroz que com certeza fará algum ruído no quesito inflação que, mesmo com aumento pouco significativo, a tendência de alta é preocupante", avaliou.

De acordo com Braga, se o País continuar com essa tendência inflacionária, o BC deverá adotar uma política monetária mais restritiva. "Inicialmente se esperava que a taxa Selic ficasse abaixo dos 10% em 2024. Hoje ela já está em 10,25%, o que implica em redução no consumo, que acaba desacelerando a economia. O governo sinalizou que ia prestar atenção à situação fiscal. Falou, mas estamos vendo os números do arcabouço fiscal ir para o espaço. O Brasil não é a Argentina, mas os sinais são preocupantes", ponderou o professor. **(RM)**

Comerciantes estão menos confiantes em BH

% VAREJO Índice divulgado ontem pela Fecomércio MG apresentou um recuo de 5,1% em maio

JULIANA GONTIJO

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) de Belo Horizonte em maio registrou recuo de 5,1% frente ao resultado do mês de abril e chegou ao menor patamar desde julho de 2023, quando o indicador estava em 101,2 pontos, segundo levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio MG). No quarto mês deste ano, o indicador pontuava 106,7 pontos.

Apesar da desaceleração na passagem de um mês para outro, o Icec permanece no nível de satisfação, com 102,6 pontos em maio deste ano, observa o economista da entidade, Gilson Machado. O índice 100 demarca a fronteira entre a avaliação de insatisfação e de satisfação dos empresários do comércio.

Em maio de 2024 frente a igual mês de 2023, o índice de confiança do varejista de Belo Horizonte também apresentou recuo. A queda foi de 2,3%. Em maio do ano passado, o indicador chegou a 103, 9 pontos.

> **"Apesar de a taxa básica de juros estar mais baixa (...) ainda está num patamar alto e o ritmo nos cortes passou a ser menor neste ano"**
>
> Gilson Machado

O economista explica que diversas variáveis podem impactar na confiança do empresário, como aspectos sazonais do negócio e os reflexos macroeconômicos. "Apesar da taxa básica de juros, a Selic, estar mais baixa na comparação com 2023, ela ainda está num patamar alto e o ritmo nos cortes passou a ser menor neste ano", diz. Em 2023, a Selic encerrou o exercício em 11,75% ao ano. Os cortes começaram a ser feitos em agosto do ano passado.

Atualmente, a Selic está em 10,5% ao ano. Segundo o boletim Focus, divulgado na última segunda-feira (3) pelo Banco Central (BC), a taxa deve fechar 2024 em 10,25%.

Além dos juros, outro motivo que pode ter reduzido a confiança do varejista de Belo Horizonte, na avaliação de Machado, é a preocupação com a inflação, o que foi captado pelo mercado financeiro, que elevou pela quarta vez seguida a previsão da inflação para este ano. No último boletim, a previsão é que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechará 2024 em 3,88%.

Concorrência internacional - O economista da Fecomércio MG acrescenta que interfere na confiança do varejista de Belo Horizonte a preocupação com a situação fiscal do País e ainda os impactos da concorrência do varejo local com os produtos importados vendidos pelas plataformas internacionais no Brasil.

Machado explica que os comerciantes da Capital estão também preocupados com o quadro fiscal do Brasil FOTO: LUCAS PERONI / FECOMÉRCIO MG

Ontem, o Senado Federal aprovou uma taxação de 20% nas compras internacionais de até US$ 50, que abrange grandes empresas varejistas internacionais que vendem pela internet, como Shopee, AliExpress e Shein.

O Icec é subdividido em outros três indicadores: Índice de Condições Atuais do Empresário do Comércio (Icaec), Índice de Expectativa do Empresário do Comércio (Ieec) e Índice de Investimento do Empresário do Comércio (Iiec). Os dados do levantamento de maio foram coletados nos últimos dez dias de abril.

A expectativa, conforme o economista, é que a confiança do varejista de Belo Horizonte volte a apresentar resultados melhores no decorrer dos próximos meses, já que a maior parte dos empresários entrevistados (65,1%) pela Fecomércio MG pretende aumentar o quadro de funcionários. %

Cai o número de consumidores que vão presentear no Dia dos Namorados

LEONARDO MORAIS

O número de consumidores em Belo Horizonte que pretende adquirir presentes no Dia dos Namorados está em queda, segundo pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas (Ipead). Do total de entrevistados, apenas 37,39% irão às compras durante a data neste ano.

O resultado indica retração de 9,75% em relação a 2023, quando a intenção de compra somou 41,43%. Entretanto, segundo análise do instituto, os resultados ainda indicam recuperação na comparação com a queda ocorrida durante a pandemia.

O índice analisou também o valor dos presentes comprados entre os consumidores que desejam presentear. Neste ano, o ticket médio de cada presente gira em torno de R$ 164,02, um aumento de 20,04% ante o ano passado.

Em relação ao tipo de presente a ser escolhido, o segmento de acessórios, como bolsas, relógios, cintos e óculos de sol lidera entre os mais procurados. Eles são os itens favoritos por 30,23% dos entrevistados que buscam presente para o Dia dos Namorados.

Logo em seguida aparecem Cosméticos e Produtos de Beleza (perfume, sabonetes, hidratantes), com 23,26%; Roupas (camisas, calças), somando 22,09%, e Calçados (sapatos, sandálias, tênis, chinelo), preferidos por 19,17% das pessoas ouvidas pelo Ipead.

Indecisos - A pesquisa levantou também informações referentes às faixas de preços mais citadas pelos consumidores. Para 25,58%, o presente dos namorados deve custar entre R$ 51 e R$ 100 ou acima de R$ 250,00. Ambas as faixas de preço apresentaram a mesma porcentagem de menções.

Os indecisos em relação aos valores somam apenas 4,65%. Para 45,12%, o presente será na mesma faixa de preço do ano anterior, um aumento de aproximadamente 5% em relação ao ano passado.

Já o percentual dos que desejam gastar mais do que no ano anterior apresentou queda. Neste ano, 26,83% desejam investir mais no presente da pessoa amada, enquanto em 2023 o percentual era de 36,84%. %

PATRICIA ANDRADE. LEILOEIRA OFICIAL faz saber que levará a leilão simultâneo, dia 03/07/2024, a partir de 13 hs, no site www.patricialeiloeira.com.br e na Praça São João Batista, nº 111, Centro, os bens inservíveis ao município de Arapuá/MG. Leilão 001/2024. Inf: (31) 3243-1107.

UNIÃO RIO EMPREENDIMENTOS S/A.
CNPJ - 21.888.052/0001-16
CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os senhores acionistas da União Rio Empreendimentos S.A., para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 14/06/2024, às 10 horas, em sua sede social, em Carvalho Britto, Município de Sabará-MG, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) deliberar sobre a alteração do Estatuto Social; b) alteração do objeto social da Sociedade; c) alteração do endereço da sede da Sociedade; d) outros assuntos de interesse da Sociedade. Carvalho Britto, 04/06/2024. A Diretoria.

ANALISTA DE PLANEJAMENTO
1 vaga
Local de Trabalho: BELO HORIZONTE/MG
O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais - SENAR AR/MG (Senar Minas), torna pública a abertura do processo seletivo para o cargo de **ANALISTA DE PLANEJAMENTO - 1 vaga (Belo Horizonte)**, conforme previsto no **Anúncio de Vaga nº 11/2024**. As inscrições deverão ser realizadas através do cadastro de informações no site www.vagasdoagro.org.br, **de 05/06/2024 à 14/06/2024**. As informações sobre a vaga, requisitos e etapas do processo seletivo estão disponíveis no site vagas do Agro e no link: http://www.sistemafaemg.org.br/noticias/oportunidades-de-trabalho

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E NOTIFICAÇÃO DAS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS Nº 007/2024. NORMAS E CONDIÇÕES GERAIS DE LEILÃO: Cláudio Luiz Reis Araújo, Leiloeiro Público Oficial matriculado na JUCEMG sob o nº 658, com escritório e auditório situado à Rua Aymoré, nº 2001 11º andar, salas 1104 e 1105 Bairro de Lourdes, Belo Horizonte - MG, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária, **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVAR LTDA – SICOOB CREDIVAR**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.798.596/0001-48, com sede na cidade de Varginha – MG, na Rua Silvio Cougo, nº 680, Vila Paiva, Varginha/MG, e como **FIDUCIANTE, JEPACA JOAIS LTDA, INSCRITA NO CNPJ. Sob o Nº 30.918.070/0001-94,** domiciliados à Rua São Miguel, nº 48, Bairro Vila Nossa Senhora dos Anjos, Varginha MG, CEP 37.006-060, faz saber na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei 21.981/32 que levará a leilão público nº 007/2024 na modalidade **On-Line**, através do site www.crleiloes.com.br, o imóvel a seguir caracterizados, nas seguintes condições: **Lote 001 – VARGINHA/MG: UM LOTE SEM BENFEITORIAS, SITUADO À RUA AURÉLIA RUBIÃO (ANTIGA RUA 04) LOTE 19, QUADRA N, BAIRRO MINAS GERAIS, EM VARGINHA/MG, CONFORME CONFRONTAÇÕES E LIMITAÇÕES DISCRIMINADAS NA MATRÍCULA, Nº 76.289, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VARGINHA MG, COM ÁREA TOTAL DE 275,00 m² (DUZENTOS E SETENTA E CINCO METROS QUADRADOS). Imóvel ocupado. Valor venda 1º leilão ON-LINE 09/07/2024 a partir das 14:00h, valor de avaliação R$88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS), e em segundo leilão, se houver, valor de venda 2º leilão ON-LINE 09/07/2024 a partir das 15:00h, valor de R$130.697,63 (CENTO E TRINTA MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS),** **os valores estão atualizados até a presente data, podendo sofrer alterações na ocasião do Leilão. Desocupação e demais despesas inerentes, serão por conta do Adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** ***"A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado que se encontram. Todas as regularizações para transferência de documentação pós-venda existentes, serão de responsabilidade exclusiva do comprador."*** **PAGAMENTO**: A venda será realizada à vista, p arrematante vencedor deverá recolher o valor integral da arrematação em até 24 horas após o envio de dados bancários, tanto do valor da arrematação, como de 5% da comissão do leiloeiro mais despesa administrativa, mediante depósito em dinheiro ou TED nas contas indicadas pelo Leiloeiro. Após os pagamentos se faz necessário o envio dos comprovantes de pagamento, bem como cópias de documentos pessoais e comprovante de endereço para os e-mails: leiloeiro@crleiloes.com.br e juridico@crleiloes.com.br através do número **31-99615-7499**. com a identificação do lote arrematado. Caso não seja apresentado os comprovantes e a documentação dentro do prazo previsto, será considerado desistência e a venda será cancelada com previsão de multa em favor do Banco, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais cabíveis. **COMISSÃO DO LEILOEIRO**: Caberá, ao arrematante a comissão do leiloeiro, no valor de 5% da arrematação mais despesa Administrativa no valor de R$1.200,00 (Hum mil e duzentos reais), 5**%** (cinco por cento) do valor da avaliação em caso de adjudicação (arcada pelo adjudicante), e **5%** (cinco por cento) do valor da avaliação) em caso de remição ou acordo (arcada pela(s) parte(s) executadas(s) a serem pagas à vista por depósito em dinheiro, PIX ou TED, na modalidade ***on-line*** *no prazo de até 24 horas após o envio de dados bancários pelo Leiloeiro*, sendo que o valor da comissão não compõe o valor do lance ofertado. Em caso do não cumprimento das obrigações assumidas no prazo estabelecido, estará o arrematante, sujeito á sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. **O direito de preferência do devedor fiduciante, previsto no §2º-b do artigo 27 da Lei 9514/97, deverá ser exercido até a data de realização do 2º leilão através de proposta oficial, assinada e reconhecida em cartório e enviada através dos e-mails; leiloeiro@crleiloes.com.br e juridico@crleiloes.com.br.. DO LEILÃO ON LINE**: Os interessados em participar do leilão *on line* deverão se cadastrar através do www.crleiloes.com.br e se habilitar com a antecedência de até uma hora antes do início do leilão. Correrão por conta do arrematante todas as despesas relativas á arrematação. transferência, ITBI, despesas cartoriais do imóvel, inclusive as despesas inerentes á documentação e regularização do imóvel junto aos órgãos competentes (se houver), bem como a desocupação, se necessário, conforme art. 30 da Lei 9.514/97.**Maiores informações pelos telefones: (31)3991-8006 – (31) 99615-7499(WhatsApp), 31-99929-7499 e através do link – www.crleiloes.com.br.**

CLÁUDIO LUIZ REIS ARAÚJO
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL. JUCEMG 658

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

ATG PARTICIPACOES S/A. - CNPJ Nº 10.307.495/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da ATG PARTICIPAÇÕES S/A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Belo Horizonte, 08 de março de 2024.

Balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo Circulante	**12/2023**	**12/2022**	**12/2023**	**12/2022**
Caixa e equivalentes de caixa	44	-	1.051	920
Clientes	-	-	5.760	5.220
Estoques	-	-	2.659	5.721
Adiantamento a terceiros	1	-	182	54
Outros créditos	1	1	4.917	3.073
Total do ativo circulante	**46**	**1**	**14.569**	**14.988**

	Controladora		Consolidado	
Não Circulante	**12/2023**	**12/2022**	**12/2023**	**12/2022**
Clientes	-	-	-	307
Estoques	-	-	41.890	7.800
Partes relacionadas	123	123	5.752	5.766
Investimentos	32	44	604	17.233
Imobilizado	-	-	443	521
Total do ativo não circulante	**155**	**167**	**48.689**	**31.627**
Total do ativo	**201**	**168**	**63.258**	**46.615**

	Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante	**12/2023**	**12/2022**	**12/2023**	**12/2022**
Fornecedores	1.301	1.301	2.953	2.900
Contas a pagar aquisição terrenos	-	-	630	-
Obrigações tributárias e sociais	-	-	1.978	4.288
Adiantamento de clientes	-	-	554	800
Outras contas a pagar	-	-	7.261	799
Total do passivo circulante	**1.301**	**1.301**	**13.376**	**8.787**
Não circulante				
Contas a pagar aquisição terrenos	-	-	35.792	8.586
Partes relacionadas	29.623	29.589	57.084	70.572
Provisão para riscos	-	-	14.313	15.652
Provisão perda investimento	22.524	29.164	195	7.080
Outras contas a pagar	-	-	-	3
Total passivo não circulante	**52.147**	**58.753**	**107.384**	**101.893**
Patrimônio Líquido				
Capital Social	111.000	111.000	111.000	111.000
Prejuízos acumulados	(164.247)	(170.886)	(164.247)	(170.886)
Passivo a descoberto	**(53.247)**	**(59.886)**	**(53.247)**	**(59.886)**
Participação de não controladores	-	-	(4.255)	(4.179)
Total do patrimônio líquido	**(53.247)**	**(59.886)**	**(57.502)**	**(64.065)**
Total do Passivo	**201**	**168**	**63.258**	**46.615**

Demonstrações do Resultado dos Exercícios
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2023	**12/2022**	**12/2023**	**12/2022**
Receita operacional líquida	-	-	3.056	426
Custo dos imóveis vendidos	-	-	(3.982)	(151)
Lucro bruto	**-**	**-**	**(926)**	**275**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais, administrativas	(9)	(14)	(4.006)	(4.223)
Equivalência patrimonial	6.641	(10.996)	298	(525)
Outras receitas (despesas) operac.	8	(3)	13.490	(7.833)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e tributos	**6.640**	**(11.013)**	**8.856**	**(12.306)**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	-	-	(1.744)	42
Despesas financeiras	(1)	(1)	(425)	(725)
Lucro (Prejuízo) antes do IR e da contribuição social	**6.639**	**(11.014)**	**6.687**	**(12.989)**
IR e contribuição social	**-**	**-**	**29**	**19**
Prejuízo do exercício	**6.639**	**(11.014)**	**6.716**	**(12.970)**
Prejuízo atribuível				
Controladores			6.639	(11.014)
Não controladores			77	(1.956)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos: Administradores e Acionistas da ATG Participações S/A Belo Horizonte – MG **Opinião com Ressalva** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ATG Participações S/A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da ATG Participações S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva Continuidade operacional** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 – Contexto Operacional, especificamente no item 1.1. – Continuidade Operacional, os acionistas decidiram pela não continuidade operacional da Companhia, com encerramento em data futura após concluídos todos os compromissos legais e financeiros. A Companhia apresentou, no último exercício, um passivo a descoberto que em 31 de dezembro de 2023 é de - R$ 53.247 mil. Não há expectativa de novos lançamentos imobiliários pelas suas empresas controladas, estando a geração de caixa limitada, basicamente, à realização de seus ativos financeiros e principalmente ao aporte de capital de acionistas. As demonstrações contábeis divulgadas não contemplam todos os efeitos financeiros e provisões para o encerramento das atividades, como encargos trabalhistas e previdenciários, custos de encerramentos de contratos com terceiros, aluguéis e outros inerentes ao encerramento das atividades. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases** Reconhecimento da receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil. Dessa forma, o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião; • O risco de não detecção de distorção relevante, resultante de fraude, é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. **Outros assuntos** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de março de 2023, sem ressalvas, mas com ênfase em relação à incerteza relacionada com a continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência incluindo, quando aplicável as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objetos de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício corrente, e que dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou, quando em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Belo Horizonte, 08 de março de 2024. **Villela e Associados Auditoria e Consultoria S.S**. CRC MG - 7.189/O-2 **Luís Guilherme Villela Alves** Contador CRC MG - 67.509/O-8 **Bráulio Márcio Villela Alves** Contador CRC MG -71.053/O-5

Diretoria: Geraldo Vilela de Faria - João Batista Borges Santos
Contador: Eurico dos Reis Rodrigues Fróes - **CRC/MG:** 063.956/O-1

BH Airport amplia número de voos diretos no País

AVIAÇÃO Com mais operações, movimentação de passageiros no terminal cresceu 8% no primeiro quadrimestre deste ano

MARCO AURÉLIO NEVES

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (BH Airport) aumentou em 20,6% o número de destinos domésticos com voos diretos neste ano. Com cerca de 70 destinos do tipo, o terminal mineiro está em 2º lugar neste quesito no País, atrás somente do aeroporto de Viracopos, no estado de São Paulo. Nos quatro primeiros meses deste ano, o número total de passageiros do BH Airport cresceu quase 8% em relação ao mesmo período de 2023. Foram cerca de 3,6 milhões de pessoas, sendo a grande maioria – 70% – de passageiros locais.

Em média, foram realizadas 150 decolagens por dia no quadrimestre, uma alta de 15,3% em comparação com a média do ano passado, segundo dados da concessionária do terminal. O número é resultado de 17.288 decolagens entre janeiro e abril de 2024, aumento de 7,6% em relação ao mesmo período de 2023.

O BH Airport já tinha atingido no ano passado um novo marco, ao oferecer voos diretos para todas as capitais do Nordeste e ser o único terminal do Sudeste a ter voo para Guanambi (BA), Lençóis (BA) e Parnaíba (PI). Agora, é também o único aeroporto desta região do País com destino para Rio Branco (AC).

O gestor de Operações e Segurança do BH Airport, Robson Freitas, conta que o aumento no número de destinos domésticos com voo diretos reflete a economia aquecida, além da demanda reprimida pela pandemia. Este ano o aeroporto conseguiu recuperar 100% da sua movimentação anterior ao período de emergência mundial.

"Isso vem muito de encontro com nossa estratégia de negócios, que é encurtar distâncias, conectar destinos, para que a gente possa viabilizar, não só para o passageiro mineiro, mas aquele que vem se conectar aqui, essa gama de destinos", disse Freitas.

Do ano passado até este mês, o número de destinos internacionais do BH Airport quadruplicou, com voos para Bogotá, na Colômbia, Buenos Aires, na Argentina, Cidade do Panamá, capital do país panamenho, Curaçao, no Caribe, Fort Lauderdale e Orlando, nos Estados Unidos, Lisboa, em Portugal, e Santiago, no Chile.

> **""nossa estratégia de negócios, que é encurtar distâncias, (...) para que a gente possa viabilizar, não só para o passageiro mineiro, mas aquele que vem se conectar aqui, essa gama de destinos"**
>
> Robson Freitas

Freitas afirma que é observado um maior apetite do mercado local por viajar FOTO: DIVULGAÇÃO / BH AIRPORT

Projeção - A estimativa da concessionária é que as férias do meio de ano – tradicional período de viagens – aumentem expressivamente a demanda do aeroporto. É esperado que, neste mês de junho, cerca de 970 mil passageiros transitem no terminal, um crescimento de 18% na comparação com o mesmo mês do ano passado. "Tudo indica que em julho também vamos manter uma alta expressiva comparada com 2023", declara Freitas.

A concessionária vê no turismo estadual, impulsionado pela gastronomia, cultura e contato com a natureza, uma fonte para o crescimento das operações. Atualmente, o BH Airport oferece voos para 14 cidades do Estado: Araxá, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Manhuaçu, Montes Claros, Paracatu, Patos de Minas, Salinas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Varginha e Divinópolis. "A gente tem percebido esse maior apetite do mercado local por viajar", finaliza Freitas.

Para o ano, a estimativa do BH Airport é que 11,3 milhões de passageiros embarquem e desembarquem no terminal em busca de voos nacionais e internacionais, um crescimento de 7% em relação ao movimento de passageiros do ano passado.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

DOG EVEN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ/ME nº 09.095.422/0001-62 - NIRE nº 31.208.320.771
Extrato da 20ª Alteração e Consolidação do Contrato Social
Por considerarem que o capital social é excessivo ao objeto da sociedade, as sócias aprovaram, por votação unânime, a redução do capital de R$ 520.792,00 para R$ 1.000,00, sendo a redução de R$519.792,00 realizada mediante o cancelamento proporcional do número de quotas, atualmente no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em face à deliberação tomada, será restituído o capital em dinheiro no valor de R$ 519.792,00 à sócia **Even Construtora e Incorporadora S.A**. A sócia **Tricity Empreendimentos e Participações Ltda.** declara sua expressa concordância com a devolução de capital ora aprovada, sendo certo que não receberá qualquer pagamento em decorrência de sua participação minoritária no capital social. A redução implicará a diminuição proporcional do número de quotas, que passará a ser de 1.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em seguida, foi aprovada a Consolidação do Contrato Social. Nova Lima/MG, 13 de maio de 2024. **Tricity Empreendimentos e Participações Ltda.** e **Even Construtora e Incorporadora S.A.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO MOBILIÁRIO E DE ARTEFATOS DE MADEIRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - O presidente do Sindicato das Indústrias do Mobiliário e de Artefatos de Madeira no Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições, convoca os associados regulares para a Assembleia Geral da Entidade, no dia 11 (onze) de junho de 2024, às 16h, que se realizará nos formatos presencial e virtual, sendo que para aqueles que comparecerem presencialmente deverão se dirigir à sede da entidade, localizada na Av. Sindicalista Vanderley Teixeira Fernandes, 265 – Distrito Industrial Hélio Pentagna Guimarães, no município de Contagem - MG e, para participação virtual, o acesso à transmissão da assembleia geral se dará através da plataforma Google Meet https://meet.google.com/ivd-obmd-gkw. A presente convocação objetiva que nesta Assembleia Geral os convocados deliberem sobre a seguinte ordem do dia: reforma do estatuto do SINDIMOV-MG. Contagem, 06 de junho de 2024. Mauricio de Souza Lima - PRESIDENTE.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 -Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela atual Credora Fiduciária **BARI SECURITIZADORA S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 10.608.405/0001-60, situada à Avenida Sete de Setembro, 4.781, sala 02, BairroÁgua Verde, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóvel, Mútuo Imobiliário com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária em garantia e Outras Avenças, com emissão de Cédula de Crédito Imobiliário nº 4366-4, série 2016, datados de 11/07/2016, sendo outrora credora e instituiçãocustodiante **BARI COMPANHIA HIPOTECÁRIA**, inscrita no CNPJ sob nº 14.511.781/0001-93, com sede emCuritiba/PR, no qual figuram como Fiduciantes **WATERCIDES CORREA DA SILVA**, brasileiro, empresário, portador do RG nº 4.621.242-SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 501.997.146-49, e sua mulher **CLAUDELANEQUEIROZ VIEIRA SILVA**, brasileira, do lar, portadora do RG nº 6.964.310-SSP/MG, inscrita no CPF sob nº 766.357.836-87, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados emUberlândia/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo **On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 eparágrafos, **no dia 14 de junho de 2024, às 10:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet,através do site www.portalzuk.com.br**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$193.195,74 (cento e noventa e três mil, cento e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos)** o imóvelabaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por: Um imóvelsituado na cidade de Uberlândia/MG, no Bairro Daniel Fonseca, na Avenida Brigadeiro Sampaio n.º 294,constituído pelo cômodo de comércio, localizado no Condomínio Ferreira e Silva, com todas as suasdependências, instalações e benfeitorias existentes, com 53,60m² de área privativa coberta, 30,36m² de áreacomum descoberta, 83,96m² de área total e 0,19562044 de fração ideal do terreno, o qual é designado pelo lote n.º 06 da quadra n.º 79- A, de forma triangular, medindo pela frente em duas linhas quebradas de,respectivamente, dezesseis (16,00) metros para a Avenida Brigadeiro Sampaio + seis metros e cinquenta (6,50)centímetros para a Rua Antônio Bernardes da Silva; trinta (30,00) metros pelo lado direito confrontando como lote n.º 07; e vinte e sete metros e setenta (27,70) centímetros pelo lado esquerdo confrontando com o lote n.º 03; com a área de 319,00m². **Imóvel objeto da matrícula nº 111.271 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Uberlândia/MG.Observação: (i)** Ciência da ação de consignação em pagamento no 5018531-06.2024.8.13.0702. **(ii)** Ocupado.Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97 Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **21 de junho de 2024**, no mesmohorário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 140.072,52(cento e quarenta mil, setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos)**Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.portalzuk.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01(uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo.O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do **www.portalzuk.com.br**, respeitado o lanceamínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão.A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto deregularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente.**O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97,incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários,mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico,podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia,exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos edespesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que vencidos ou vincendos, jàtendem efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.**O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondentea 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a EscrituraPública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela CredoraFiduciária.O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo decomunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF.**Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciantes: WATERCIDES CORREA DA SILVA e CLAUDELANEQUEIROZ VIEIRA SILVA,** já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído,acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sidocientificado.Este edital será regido pela legislação brasileira em vigor, ficando desde já eleito o Foro Central da Cidade deSão Paulo/SP, como competente para dirimir toda e qualquer questão oriunda do seu cumprimento.As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com asalterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de LeiloeiroOficial.

Santander **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**
1º LEILÃO: 19 de junho de 2024, a partir das 10h10min. 2º LEILÃO: 21 de junho de 2024, a partir das 14h10min. ***(*horário de Brasília)***
Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 0010207119, firmado em 24/02/2021, com o(s) **Fiduciante(s) CLAUDIO MARCIO PACHECO/FERNANDA PEREIRA PACHECO**, maior/maior, inscrito no CPF n° 952.087.986-20/807.388.186-15, no dia **19 de junho de 2024, a partir das 10h10min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 602.427,27 (seiscentos e dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte e sete centavos)**, o imóvel matriculado sob n° 55.297 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Uberlândia/MG, constituído pelo prédio residencial situado na Rua Piauí nº 97, lote 23 quadra 131, Bairro Nossa Senhora das Graças, em Uberlândia/MG, com área de terreno de 400,00m² e área construída de 172,25m². Cadastro Municipal: 00.01.0103.04.17.0023.0000. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.07 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **21 de junho de 2024, a partir das 14h10min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 299.261,65 (duzentos e noventa e nove mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97)**. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.21966).

Santander **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**
1º LEILÃO: 18 ***de junho de 2024, às 14h30min *.*** **2º LEILÃO: 20** ***de junho de 2024, às 14h30min *. *(horário de Brasília)***
Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, n° 0010080548, firmado em 24/06/2020, com o Fiduciante **LUCIANO MIRANDA REVOREDO,** brasileiro, divorciado, gerente de contas, portador do RG n° 337896628-SSP/MG, inscrito no CPF/MF n° 05217585641, residente e domiciliado em Montes Claros/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 322.176,64 (trezentos e vinte e dois mil cento e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos** - *atualizado conforme disposições contratuais*), o imóvel constituído pela **Casa**, situada na Rua Roma, nº 420, Ibituruna, Montes Claros/MG. Área construída: 55,21m² e Área de terreno: 104,00m², mais bem descrito na matrícula n° 86.102 do 2º Oficial de Registro de Montes Claros/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 210.343,92 (duzentos e dez mil trezentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos** – *nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97*). **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 22114).

COMARCA DE PATOS DE MINAS/MG. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO: 20 DIAS. O Exmo. Sr. Dr. José Humberto da Silveira, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo processam-se os autos de Execução Título Extrajudicial ajuizada por FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃOPADRONIZADOS NPL I - CNPJ: 09.263.012/0001-83 em face de FLÁVIO MOREIRA VIDA - CPF: 043.846.496-65, processo nº 0092386-13.2012.8.13.0480, e, pelo mesmo, CITA o Executado FLÁVIO MOREIRA VIDA, brasileiro, casado, portador do documento de identidade MG-11.214.118 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 043.846.496-65, filho de Maria Marta Vida Mata e Jerônimo Moreira Mata, que atualmente se encontra em local incerto e não sabido, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar a quantia de R$ 76.708,12 (setenta e seis mil e setecentos e oito reais e doze centavos), atualizado em 03/05/2012, sob pena de, não o fazendo, lhe ser penhorado tantos bens quantos foram necessários para garantia da dívida; CIENTIFIQUE de que no caso de integral pagamento, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão se oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 738 do CPC, tem direito de parcelar o débito em até 06 (seis) vezes, na forma do artigo 745-A do CPC. Fica fixado os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito; e de que "será nomeado curador especial em caso de revelia" (art. 72, inc. II, do CPC/15). E para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será afixado nesta secretaria, no lugar de costume, e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, aos 03 dias do mês de junho de 2024. K-05e06/06

ILP- CONSULTORIA E GESTÃO CONTÁBIL LTDA.
CNPJ Nº 35.054.207/0001-23 - NIRE 31211476418
Assembleia Geral - Edital de Convocação
Com fundamento nos artigos 1.072 e 1.073, do Código Civil, ficam os sócios da ILP - Consultoria e Gestão Contábil Ltda.("Sociedade") convocados para se reunirem, em primeira convocação, no dia 25 dejunho de 2024, às 08:00 horas, em Assembleia Geral, na sede social da Sociedade, na Avenida Barão Homem de Melo, nº 4494, sala 915, bairro Estoril, no município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.494-270, para exame, discussão e deliberação sobre:a) a exclusão extrajudicial do sócio Sr. Ivan Josevenic da Silva Rivera, com fulcro no artigo 1.085 do Código Civil; b) a definição da situação jurídica do Sr. Lucas Rodriguesperante à Sociedade; e c) areforma econsolidação do Contrato Social da Sociedade.
Belo Horizonte/MG, 3 dejunho de 2024.
Pedro Ernesto Santos Lopes das Neves - Administrador da Sociedade

AA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACÕES S/A
CNPJ: 23.946.293/0001-08

Balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo Circulante	**12/2023**	**12/2022**	**12/2023**	**12/2022**
Caixa e equivalentes de caixa	3.649	2.044	7.175	2.325
Clientes	-	-	6.759	7.061
Estoques	-	793	5.139	6.691
Adiantamento a terceiros	1	249	96	422
Outros créditos	1.582	6.231	1.765	6.256
Total do ativo circulante	**5.232**	**9.317**	**20.934**	**22.755**
Não circulante				
Clientes	-	-	2.634	2.522
Estoques	19.500	19.500	19.500	19.500
Partes relacionadas	57.190	41.935	53.631	35.267
Investimentos	48.316	64.595	48.815	65.625
Imobilizado	3	4	3	4
Total do ativo não circulante	**125.009**	**126.034**	**124.583**	**122.918**
Total do ativo	**130.241**	**135.351**	**145.517**	**145.673**

	Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante	**12/2023**	**12/2022**	**12/2023**	**12/2022**
Fornecedores	3	3	3.443	856
Obrigações tributárias e sociais	44	40	136	59
Outras contas a pagar	-	-	219	113
Total do passivo circulante	**47**	**43**	**3.798**	**1.028**
Não circulante				
Contas pagar aquis. terrenos	15.500	15.500	15.500	15.500
Partes relacionadas	33.285	29.770	38.917	31.496
Provisão para riscos	-	-	5.561	7.044
Provisão para investimentos	1.006	1.030	-	1.976
Total do passivo não circulante	**49.791**	**46.300**	**59.978**	**56.016**
Patrimônio Líquido				
Capital Social	59.234	59.234	59.234	59.234
Lucros acumulados	21.169	29.774	21.169	29.774
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	**80.403**	**89.008**	**80.403**	**89.008**
Participação não controladores	-	-	1.338	(379)
Total do patrimônio líquido	**80.403**	**89.008**	**81.741**	**88.629**
Total do Passivo	**130.241**	**135.351**	**145.517**	**145.673**

Demonstrações do Resultado dos Exercícios
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2023	**12/2022**	**12/2023**	**12/2022**
Receita operacional líquida	-	-	9.068	1.618
Custo dos imóveis vendidos	-	-	(7.575)	(1.461)
Lucro bruto	**-**	**-**	**1.493**	**157**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	(1)	-	(15)	(5)
Despesas gerais, administrativas	(513)	(574)	(2.490)	(2.226)
Equivalência patrimonial	2.085	(586)	3.502	6.464
Outras receitas / (despesas) operacionais	(10.336)	59	(10.278)	(6.670)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e tributos	**(8.765)**	**(1.101)**	**(7.788)**	**(2.280)**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	161	272	1.324	1.750
Despesas financeiras	(2)	(4)	(238)	(344)
Lucro antes do IR e da contribuição social	**(8.606)**	**(833)**	**(6.702)**	**(874)**
IR e contribuição social	-	-	(187)	(61)
Lucro (Prejuízo) do exercício	**(8.606)**	**(833)**	**(6.889)**	**(935)**
Lucro (Prejuízo) atribuível				
Controladores			(8.606)	(833)
Não controladores			1.717	(102)

As demonstrações completas, acompanhadas do parecer sem ressalvas da Villela e Associados Auditoria e Consultoria S.S., emitido em 09 de fevereiro de 2024, estão disponíveis na sede social da companhia.

Diretoria: Geraldo Vilela de Faria - João Batista Borges Santos
Contador: Eurico dos Reis Rodrigues Fróes **CRC/MG:**063.956/O-1

MASB DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO S/A - CNPJ: 08.717.355/0001-08

Balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo Circulante	**12/2023**	**12/2022**	**12/2023**	**12/2022**
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	1.007	919
Clientes	1.005	613	5.760	5.220
Estoques	765	1.649	2.659	5.721
Adiantamento a terceiros	162	6	182	55
Outros créditos	1.234	1.135	4.916	3.071
Total do ativo circulante	**3.170**	**3.407**	**14.524**	**14.986**
Não circulante				
Clientes	-	101	-	307
Estoques	7.800	7.800	41.890	7.800
Partes relacionadas	31.227	37.178	25.982	32.115
Investimentos	46.213	58.682	572	17.190
Imobilizado	425	521	443	521
Total do ativo não circulante	**85.665**	**104.282**	**68.887**	**57.933**
Total do ativo	**88.835**	**107.689**	**83.411**	**72.919**

	Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante	**12/2023**	**12/2022**	**12/2023**	**12/2022**
Fornecedores	1.017	968	1.652	1.599
Contas a pagar aquisição terrenos	-	-	630	-
Obrigações tributárias e sociais	81	528	1.978	4.288
Adiantamento de clientes	4	250	554	800
Outras contas a pagar	5.880	856	7.262	799
Total do passivo circulante	**6.982**	**2.602**	**12.076**	**7.486**
Não circulante				
Contas a pagar aquis. terrenos	7.800	7.800	35.792	8.586
Partes relacionadas	83.250	113.304	47.814	67.455
Provisão para riscos	5.892	6.243	14.313	15.652
Provisão perda investimento	7.430	6.896	190	7.075
Outras contas a pagar	-	3	-	3
Total do passivo não circulante	**104.372**	**134.246**	**98.109**	**98.771**
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.312	1.312	1.312	1.312
Prejuízos acumulados	(23.831)	(30.471)	(23.831)	(30.471)
Passivo descoberto	**(22.519)**	**(29.159)**	**(22.519)**	**(29.159)**
Participação de não controladores	-	-	(4.255)	(4.179)
Total do patrimônio líquido	**(22.519)**	**(29.159)**	**(26.774)**	**(33.338)**
Total do Passivo	**88.835**	**107.689**	**83.411**	**72.919**

Demonstrações do Resultado dos Exercícios
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2023	**12/2022**	**12/2023**	**12/2022**
Receita operacional líquida	**1.245**	**1.165**	**3.056**	**426**
Custo dos imóveis vendidos	(807)	93	(3.982)	(151)
Lucro bruto	**438**	**1.258**	**(926)**	**275**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais, administ.	(3.169)	(3.640)	(3.997)	(4.208)
Equivalência patrimonial	236	(4.937)	298	(521)
Outras receitas (despesas) operacionais	10.709	(3.024)	13.482	(7.830)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e tributos	**8.214**	**(10.343)**	**8.857**	**(12.284)**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	(1.203)	54	(1.744)	42
Despesas financeiras	(412)	(699)	(424)	(725)
Prejuízo/Lucro antes do IR e da contribuição social	**6.599**	**(10.988)**	**6.689**	**(12.967)**
IR e contribuição social	**42**	**(4)**	**29**	**19**
Prejuízo/Lucro do exercício	**6.641**	**(10.992)**	**6.718**	**(12.948)**
Lucro (Prejuízo) atribuível				
Controladores			6.641	(10.992)
Não controladores			77	(1.956)

As demonstrações completas, acompanhadas do parecer da Villela e Associados Auditoria e Consultoria S.S, emitido em 09 de fevereiro de 2024, estão disponíveis na sede social da companhia.

Diretoria: Geraldo Vilela de Faria - João Batista Borges Santos
Contador: Eurico dos Reis Rodrigues Fróes **CRC/MG:**063.956/O-1

BS2 SEGUROS S.A.
C.N.P.J.: 07.163.211/0001-94 - N.I.R.E. 31.300.020.967
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024.

DATA, HORA E LOCAL: 21 de maio de 2024, às 09:00 horas, na sede da **BS2 SEGUROS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, seguradora, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.163.211/0001-94, sediada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, 1.143, 16º andar, sala 1.604, Luxemburgo, CEP 30380-403 (a "Companhia"). **PRESENÇA E CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **MESA: Presidente**: Rodrigo Braga Pentagna Guimarães **Secretário**: Marcos Antônio Vaz de Magalhães. **ORDEM DO DIA:** (i) Deliberar sobre o pedido de afastamento temporário apresentado pelo Diretor de Operações da Companhia; (ii) Deliberar sobre a redistribuição temporária das funções regulatórias exercidas pelos integrantes da Diretoria Executiva da Companhia durante o período afastamento do Diretor de Operações; e (iii) Ratificar a distribuição das funções regulatórias exercidas pelos integrantes da Diretoria Executiva da Companhia durante o afastamento do Diretor de Operações. **DELIBERAÇÕES**: Instalada a Reunião do Conselho de Administração e feita a leitura, discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos dos presentes e sem qualquer ressalva: **(i) Concordar com e aprovar** o afastamento provisório, até 30 de junho de 2024, proposto voluntariamente pelo Diretor de Operações da Companhia, o Sr. **Davi Ponciano Araújo Lima**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 22/07/1979, engenheiro de computação, portador da cédula de identidade R.G. nº 1125997674 SSP/RS, inscrito no C.P.F. sob o nº 621.813.783-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Mário Ferraz, nº 339, Itaim Bibi, CEP 01453-010, por razões pessoais e de foro íntimo; **(ii) Aprovar** a redistribuição provisória, durante o afastamento do Diretor de Operações da Companhia, de todas as funções regulatórias de responsabilidade do Diretor Financeiro e de Controladoria da Companhia, Sr. **Alessandro Luís Jarzynski**, qualificado abaixo, quais sejam: (a) responsável pelas relações com a SUSEP, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003; (b) responsável administrativo-financeiro, conforme previsto no artigo 1º, inciso III, da Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003; (c) responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e auditoria independente previstos na regulamentação em vigor, conforme o disposto na Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021; e (d) responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros, nos termos do artigo 13 da Resolução CNSP nº 383, de 20 de março de 2020, para o Diretor Presidente da Companhia, Sr. **Adriano Carlos Vieira Romano**, qualificado abaixo; **(iii) Aprovar** a redistribuição provisória durante o período de afastamento do Diretor de Operações da Companhia, das funções regulatórias de responsabilidade de tal Diretor de Operações, quais sejam: (a) responsável, nos termos da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, pelos controles internos; e (b) responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (alterada pela Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012), na Circular SUSEP nº 612, de 18 de agosto de 2020 e nas demais regulamentações complementares aplicáveis, para o Diretor Financeiro e de Controladoria da Companhia, Sr. **Alessandro Luís Jarzynski**, qualificado abaixo; e **(iv) Ratificar** a distribuição das funções regulatórias entre os integrantes da Diretoria Executiva da Companhia durante o afastamento do Diretor de Operações, conforme abaixo: **(a)** O Sr. **Adriano Carlos Vieira Romano**, brasileiro, casado, administrador de empresas e atuário, portador da cédula de identidade R.G. nº 20.108.120-9 SSP/SP, inscrito no C.P.F. sob o nº 132.505.848-35, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 1.196, apartamento 03, Jardim Paulista, CEP 01403-002, eleito como Diretor Presidente da Companhia, é (a) o responsável técnico, nos termos da Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, e do artigo 1º, inciso II, da Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003; (b) o responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguro e dos serviços por esses prestados, nos termos do artigo 16, da Resolução CNSP nº 431, de 12 de novembro de 2021; (c) o responsável pela política institucional de conduta, nos termos do artigo 12 da Resolução CNSP nº 382, de 4 de março de 2020; (d) o responsável pelas relações com a SUSEP, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003; (e) o responsável administrativo-financeiro, conforme previsto no artigo 1º, inciso III, da Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003; (f) o responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e auditoria independente previstos na regulamentação em vigor, conforme o disposto na Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021; e (g) o responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros, nos termos do artigo 13 da Resolução CNSP nº 383, de 20 de março de 2020; e **(b)** O Sr. **Alessandro Luís Jarzynski**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade R.G. nº 18.474.697-8 SSP/SP, inscrito no C.P.F./M.F. sob o nº 140.267.258-63, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Belterra, 291, apartamento 22-B, Santo Amaro, CEP 04747-140, eleito como Diretor Financeiro e de Controladoria da Companhia, é (a) o responsável, nos termos da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, pelos controles internos; e (b) o responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (alterada pela Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012), na Circular SUSEP nº 612, de 18 de agosto de 2020 e nas demais regulamentações complementares aplicáveis. **AUTORIZAÇÃO:** Os Diretores da Companhia ficam, desde já, autorizados e incumbidos de praticar todos os atos e tomar todas as medidas e providências necessárias à implementação e formalização das deliberações aprovadas acima. **ARQUIVAMENTO.** Por fim, os Conselheiros deliberaram o arquivamento desta ata perante o Registro de Empresas e que os livros societários sejam transcritos. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou esta ata em formato de sumário que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Rodrigo Braga Pentagna Guimarães, como presidente, e Marcos Antônio Vaz de Magalhães, como secretário. Conselheiros de Administração: (i) Ronaldo Santos de Oliveira; (ii) Marcos Antônio Vaz de Magalhães; (iii) Rodrigo Braga Pentagna Guimarães; (iv) Nicholas Lance Tarlie; e (v) Adriano Carlos Vieira Romano. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 11744701 em 03/06/2024 da Empresa BS2 SEGUROS S.A., Nire 31300020967 e protocolo 243345054 - 29/05/2024. Efeitos do registro: 21/05/2024. Autenticação: A5652E1EE6DF4A6AAADD1628671B2E566FFE2E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

CNI reage à MP do governo Lula

SETOR PRODUTIVO Entidade anunciou que vai judicializar medida que restringe o uso de crédito tributário e presidente da confederação abandona agenda oficial no exterior

RAFAEL TOMAZ, Editor

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) vai judicializar a medida do governo federal que restringe o uso de crédito tributário. A entidade estima que as perdas para o setor vão ultrapassar R$ 60 bilhões no próximo ano. Em um ato de desagravo, o presidente da confederação, Ricardo Alban, abandonou a comitiva oficial do governo brasileiro em visita à Arábia Saudita e China, voltando para o Brasil.

"Chegamos ao nosso limite. Nós somos um vetor fundamental para o desenvolvimento do País e vamos às últimas consequências jurídicas e políticas para defender a indústria no Brasil", diz Ricardo Alban. "Não adianta ter uma nova e robusta política industrial de um lado se, do outro, vemos esse ataque à nossa competitividade", afirmou Alban, em nota.

A MP 1.227, apresentada na terça-feira pelo Ministério da Fazenda, onera ainda mais a já sobretaxada indústria brasileira. Ao limitar a compensação de créditos de PIS/Cofins e vedar o ressarcimento de saldo credor decorrente de crédito presumido de PIS/Cofins, a CNI estima que seu impacto negativo na indústria seja de R$ 29,2 bilhões nos sete meses de sua vigência em 2024, afirmou a entidade.

Em 2025, o impacto negativo da MP deve chegar a R$ 60,8 bilhões. Já a manutenção da desoneração da folha de pagamentos, que provocou a edição da MP 1.277, produz impacto positivo para a indústria de R$ 9,3 bilhões neste ano.

De acordo com a CNI, a MP 1.227 se soma a outras medidas adotadas no ano passado com grande impacto negativo à indústria, como a tributação das subvenções para investimento e custeio (incentivos de ICMS - Lei 14.789/2023), que gera perdas estimadas em R$ 25,9 bilhões; e a limitação temporal ao aproveitamento de créditos tributários federais decorrentes de decisão judicial (Lei 14.873/2024), com perdas estimadas em R$ 24 bilhões.

"O impacto negativo total dessas medidas para a indústria soma R$ 79,1 bilhões neste ano, sem contar as perdas com a retomada do voto de qualidade no CARF, que pode atingir dezenas de bilhões de reais. Todas elas vão em sentido contrário à política do governo de restaurar a competitividade da atividade industrial no Brasil, como proposta na Nova Indústria Brasil (NIB)", conclui.

Ricardo Alban participava de uma comitiva do governo brasileiro em visita à Arábia Saudita e China, mas retornou ao País FOTO: IANO ANDRADE / CNI

"Chegamos ao nosso limite. Nós somos um vetor fundamental para o desenvolvimento do País e vamos às últimas consequências judiciais e políticas para defender a indústria no Brasil"
Ricardo Alban

Benefícios estão previstos em lei, afirma advogado

O advogado Adriano Moura, sócio da área de direito tributário do escritório Mattos Filho, avaliou que os benefícios que estão sendo limitados são legítimos, previstos em lei e cumpriam funções que fazem sentido, como fomentar o cultivo de produtos estratégicos, reduzir preços de alimentos, estimular vendas de pequenos produtores e viabilizar exportações.

Entre os itens atingidos por um dos eixos da MP estão carnes, frutas, legumes, cereais, café, leite, óleo de soja, margarina, medicamentos diversos, nafta petroquímica e biodiesel, que tinham direito ao benefício do ressarcimento em modalidades variadas, incluindo fabricação, importação e exportação.

"Talvez o governo não tenha colocado de forma clara (quem será atingido) porque isso poderia ter efeito de rejeição à medida. Imagina você dizer, por exemplo, que quer limitar o crédito a um pequeno produtor", disse o advogado à Reuters.

Moura afirmou que a medida vai dificultar o escoamento desses créditos pelas empresas, que terão uma elevação de custo com o pagamento maior de tributos, podendo repassar o impacto para o preço final ao consumidor.

Ele prevê que o tema será judicializado, citando conflitos em relação a leis que não foram revogadas pela MP, questionamentos de empresas que fizeram investimentos como contrapartida do benefício ou mesmo atritos com a Constituição.

"O exportador, por exemplo, tem o argumento de que a Constituição prevê desoneração tributária das exportações. Se você dificulta essa desoneração, ainda que indiretamente, você pode estar violando a Constituição", afirmou. **(Com informações da Reuters)**

Entidades criticam medida

O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) informou já ter feito contato com a Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara para mobilizar deputados para barrar a iniciativa.

Em nota, o Cecafé afirmou que o conteúdo da MP fere a Constituição, impacta o caixa das empresas e reduz a competitividade do Brasil, argumentando que "não estamos diante de privilégios a serem cassados".

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) trataram a medida como "equivocada e desproporcional".

"As empresas perderão competitividade e sustentabilidade para manutenção dos empregos, além do desestímulo para investimento e criação de novos postos de trabalho. Há ainda o fator inflacionário que o aumento de custo de produção trará", disseram as associações em nota.

Para o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), a MP amplia custos das empresas e fere o princípio da não cumulatividade tributária, além de violar a segurança jurídica no País. **(Com informações da Reuters)**

ASSEMBLEIA

Reajuste dos servidores está pronto para votação

Com a aprovação do parecer de 2º turno da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), ontem, o Projeto de Lei (PL) 2.309/24, do governador, que trata da revisão salarial dos servidores públicos do Poder Executivo, está pronto para ser votado em definitivo no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

O texto aprovado em 1º turno previa a recomposição de 3,62% do subsídio e do vencimento básico dos servidores civis e militares, retroativo a 1º de janeiro deste ano, estendida aos inativos e aos pensionistas com direito à paridade, aos detentores de função pública e aos convocados para a função de magistério. A revisão também abrange os contratos temporários vigentes, cargos de provimento em comissão, funções gratificadas e gratificações de função.

Na última terça (4), foi recebida em Plenário emenda do governador Romeu Zema (Novo), a qual aumenta em um ponto percentual a correção oferecida, que passa para 4,62%, índice correspondente à inflação de 2023 medida pelo IPCA.

Essa elevação do índice de revisão, que, por sua vez, acata integralmente emenda assinada por todos os deputados da Assembleia, foi incorporada no substitutivo nº 1, o novo texto sugerido pelo relator, deputado Zé Guilherme (PP), que preside a FFO.

O substitutivo também estabelece que a ajuda de custo para despesas com alimentação será devida ao servidor mesmo nos períodos de afastamento legal do trabalho em virtude de licença luto, licenças para tratamento de saúde e licença-maternidade, licença à adotante e licença-paternidade.

A comissão ainda acatou uma proposta de emenda, de nº 18, do deputado João Magalhães (MDB), que excluiu do rol de afastamentos com direito à ajuda de custo para alimentação as férias regulamentares e as férias prêmio.

Foram rejeitadas outras 16 propostas de emendas. Entre as mudanças sugeridas e vetadas, está o índice de 10,67% para a revisão salarial, compreendendo a inflação não apenas de 2023, como também a de 2022.

Insuficiente - O PL 2.309/24 tem motivado intensos debates na ALMG desde que iniciou a sua tramitação. Inconformados com o índice de recomposição proposto pelo governo, parlamentares acreditam que o percentual mínimo aceitável ainda não foi atingido.

Professor Cleiton (PV), Cristiano Silveira (PT) e Ulysses Gomes (PT), por exemplo, defenderam que, na pior das hipóteses, a revisão deveria englobar a inflação de 2022, alcançando, assim, o percentual de 10,67%.Eles argumentaram que há fôlego no caixa do Estado para uma recomposição maior, tendo em vista o crescimento das receitas e o impacto de percentuais maiores na despesa com pessoal.

Sargento Rodrigues (PL) e Beatriz Cerqueira (PT) argumentaram que, com o aumento das alíquotas de contribuição para o instituto de previdências dos servidores do Estado (Ipsemg) e dos servidores militares (IPSM), conforme previsto em projetos do governador em tramitação, na verdade haverá uma redução nos vencimentos do funcionalismo.

Lucas Lasmar (Rede) reivindicou a extensão da revisão a ser aprovada para gratificações pagas aos servidores da saúde e do meio ambiente. Leninha (PT) resumiu o sentimento de contrariedade dos colegas, ao destacar que são os servidores que fazem o Estado funcionar e que o salário base de algumas carreiras é inferior à inflação. **(Com informações da ALMG)**

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da ALMG aprovou o reajuste de 4,62% proposto pelo governo Zema FOTO: ALEXANDRE NETTO / ALMG

AGRONEGÓCIO

US$ 500 mi para café do Brasil

CHINA Maior rede de cafeterias do país asiático, Luckin Coffee assinou memorando com governo brasileiro para promoção do café nacional; acordo vai favorecer Minas Gerais, maior produtor do País

MICHELLE VALVERDE

A Luckin Coffee, rede de café com mais de 16 mil lojas na China, e principal importadora de café brasileiro no país asiático, assinou um Memorando de Entendimento com o governo brasileiro para a promoção do café nacional na rede. O documento prevê a compra de 120 mil toneladas de café em 2024, o que movimentará cerca de US$ 500 milhões. Representantes da cadeia do café de Minas Gerais e do Brasil classificaram o acordo como um importante passo para a expansão dos negócios envolvendo o café brasileiro com a China.

Conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), a Luckin Coffee, por meio da parceria, se comprometeu a promover e comercializar ativamente o café brasileiro para seus clientes e parceiros.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, responsável pela assinatura do acordo, destacou o crescimento das exportações brasileiras de café para a China e a importância do acordo com a Luckin Coffee: "Em 2022, o Brasil exportou US$ 80 milhões em café e no ano passado, foram US$ 280 milhões. O valor foi praticamente quatro vezes mais que no ano anterior. Agora, só neste contrato com a Luckin Coffee, estamos falando de meio milhão de dólares. Isso demonstra que o Brasil, maior produtor e exportador de café do mundo, está abrindo mercados", disse o vice-presidente.

Cafés especiais - O acordo também é visto como uma importante iniciativa para ampliar os embarques do grão do Brasil para a China, sobretudo, dos cafés especiais. Conforme o diretor executivo da Brazil Specialty Coffee Association (BSCA), Vinicius Estrela, o acordo inaugura uma nova fase na promoção do café brasileiro.

"Esse memorando de intenções demonstra a importância do café brasileiro para o crescimento do consumo do café na China. No ano passado, a China já consumiu um número recorde de café e importou do Brasil também um número recorde. A comunidade produtora no Brasil vem se empenhando para fornecer um café de qualidade para o mercado chinês", aponta.

Ainda segundo Estrela, o acordo também é um marco para inserção do café especial no mercado chinês. Isso porque a qualidade foi identificada pela maior rede de cafeterias da China. "A Luckin Coffee identifica no Brasil potencial de parceiro para a sustentação desse crescimento exponencial do produto na China. E o melhor, trazendo junto cafés especiais e também a origem Brasil em *blends* únicos e 100% da origem brasileira. Além, evidentemente, dos cafés de origem única e cafés especiais. Sem sombra de dúvida, esse acordo inaugura uma nova fase na promoção do café brasileiro e a inserção do café especial no mercado chinês".

Acordo favorece Minas - Responsável por mais de 50% da produção nacional de cafés do Brasil, os produtores de Minas Gerais vão se beneficiar com o acordo entre o governo brasileiro e a Luckin Coffee. Nos últimos anos, os embarques mineiros para a China cresceram de forma substancial.

Conforme os dados da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), a China já ocupa a 6ª posição no *ranking* de compradores do café mineiro. No primeiro quadrimestre, as exportações de Minas para o país movimentaram US$ 87 milhões, com embarques de 422 mil sacas de 60 quilos. Representando, assim, uma alta de 168,4% no valor e 167,7% no volume.

As exportações do produto para a China passaram por aumento vertiginoso nos últimos 10 anos. Os dados mostram um aumento na ordem de 3.960% no valor movimentado, alcançando a cifra de quase US$ 251 milhões em 2023. O volume exportado em 2023foi de 1,2 milhão de sacas ante 32,2 mil sacas embarcadas 10 anos antes.

Luckin Coffee tem mais de 16 mil lojas na China FOTO: TINGSHU WANG / REUTERS

"As exportações mineiras de café para a China são muito importantes para que o País e o Estado, principalmente, tenham um grande mercado e que possam realmente agregar maiores preços ao café. Sabemos que a China vem, ao longo dos anos, aumentando vertiginosamente a participação na compra do café mineiro", disse o subsecretário de Política e Economia Agropecuária, Caio César Coimbra. A possibilidade de ampliar as negociações é importante para levar mais rentabilidade ao campo. "O chinês parece estar aprendendo a tomar café. Isso significa boa rentabilidade para os cafezais de Minas e, com isso, a gente espera que essas exportações cresçam a cada ano. Que a gente consiga entregar o nosso produto, que é de qualidade, a preços melhores para o produtor rural", finaliza.

Diário do Comércio levanta debate sobre sustentabilidade

MOVIMENTO MINAS 2032 Painel no 39º Congresso Mineiro de Municípios sobre força das agendas socioeconômica e ambiental no pleito deste ano foi mediado pela presidente Adriana Muls

Adriana Muls é presidente do Diário do Comércio e coordenadora do MM2032 e mediou painel "Sustentabilidade e Eleições" FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / JULIANA SODRÉ

JULIANA SODRÉ

Engajar gestores a organizar suas administrações de forma alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta é a principal mensagem do painel "Sustentabilidade e Eleições: a força das agendas socioeconômicas e ambientais no desenvolvimento do pleito e dos municípios", mediado pela presidente do Diário do Comércio e coordenadora do Movimento Minas 2032, Adriana Costa Muls. O debate aconteceu ontem (5) durante o 39º Congresso Mineiro de Municípios, no Expominas, em Belo Horizonte.

Em ano eleitoral, segundo Adriana Muls, é fundamental que os candidatos à gestão pública se comprometam a levar a agenda da construção de um projeto de futuro tendo como premissa os ODS em seus planos de governo.

"Hoje, 62% dos municípios mineiros estão em situação de urgência climática, um dado bastante relevante, além de ser uma questão de competitividade dos municípios que interfere diretamente na economia", destacou.

Para ela, o debate sobre o tema é mais do que necessário. "É urgente. E também uma questão de responsabilidade para o futuro que vamos deixar para as nossas próximas gerações", completou.

A diretora do Instituto de Planejamento e Gestão das Cidades (IPGC), Renata Lemos, que também participou do painel, ressaltou que atuar com os ODS na gestão das cidades impacta positivamente os resultados da gestão. Ela apresentou o exemplo da cidade de Carmo do Cajuru, na região Centro-Oeste de Minas Gerais, que foi reconhecida por atingir métricas das metas dos ODS.

"Há mais de 10 anos temos desenvolvido projetos com o olhar para a sustentabilidade, para os ODS, por várias vias, como o Movimento 2032, e levado para as gestões municipais como introduzir projetos com esse olhar na administração. Carmo do Cajuru foi a primeira Parceria Público-Privada (PPP) Cidade Inteligente mineira implantada a ser reconhecida pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (Unece), em 2022, como a melhor do mundo. Temos um grande desafio a ser cumprido, mas temos contribuído para isso", disse Renata Lemos.

> **"Hoje, 62% dos municípios mineiros estão em situação de urgência climática, um dado bastante relevante, além de ser uma questão de competitividade dos municípios que interfere diretamente na economia."**
> Adriana Muls

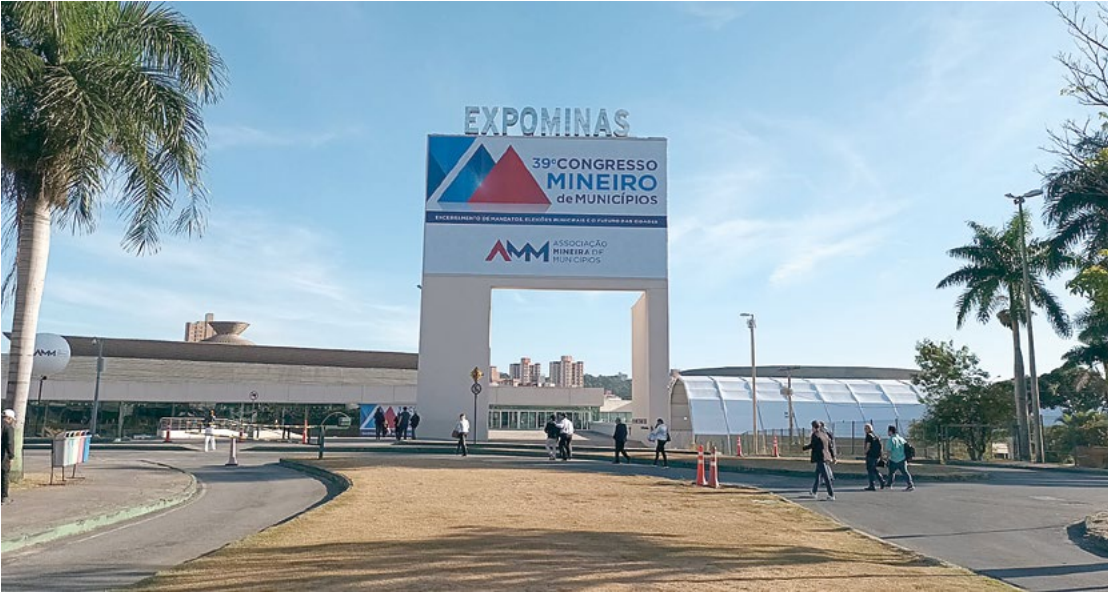
Identificar prioridade ou não priorizar?

Também presente ao painel, a economista da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio-MG), Gabriela Martins, mostrou para os representantes das cidades dados do Índice de Desenvolvimento das Cidades Sustentáveis que trata e normaliza as notas dos ODS. "Com esses dados, a gente consegue mostrar para os gestores como que está o seu estado e como está o município", explicou.

Para ela, o principal desafio para os prefeitos é enxergar a prioridade do município. "O Brasil é um País continental, mas Minas Gerais também é um Estado continental. Então, dentro de Minas, há várias realidades. É importante o administrador público identificar qual é a principal necessidade do seu município, porque se o gestor tentar abranger todas as frentes sem criar um critério de prioridade, isso também pode afetar as decisões das políticas", avaliou.

Já o engenheiro e conselheiro da ONU, Renato Ciminelli, que também participou no painel, pontua que priorizar não é o caminho. "Não pode priorizar uma sem considerar as outras. É como se fosse um buquê de flores: talvez você tenha uma flor que chame a atenção, mas é preciso que ela esteja amarrada com as demais", comparou.

Ele acredita que a formação de redes de compartilhamento seja ainda mais importante para pulverizar as metas dos ODS. "Se não nos aproximarmos em termos de cooperação, conexão e transferência de conhecimento, não vamos atingir as 17 metas dos ODS", disse.

Dessa forma, ele recomenda que a gestão pública tenha uma "obsessão pela entrega" e vença a cultura da descontinuidade. "Temos que ter o compromisso da entrega e trabalhar com a lógica da agenda para que em 2030 a gente entregue alguma coisa. Precisamos ser obsessivos com isso", concluiu.

39º Congresso Mineiro de Municípios foi realizado durante dois dias na Expominas, em Belo Horizonte FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / JULIANA SODRÉ

Participantes do painel de sustentabilidade e eleições FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / JULIANA SODRÉ

NEGÓCIOS

Java Chocolates mira mercado externo com cacau mineiro

ALIMENTOS Fábrica, localizada em Belo Horizonte, conta com 10 colaboradores diretos e outros três em funções administrativas terceirizadas

DANIELA MACIEL

Criada em 2014, no bairro Santa Efigênia (região Leste), a Java Chocolates foi uma das pioneiras no conceito de chocolates artesanais *bean to bar* (da amêndoa a barra) de Minas Gerais, trazendo cacau fino da Amazônia. Além da qualidade, a matéria-prima precisa ser rastreável e obedecer a parâmetros de uma produção que respeite o meio ambiente e as pessoas.

Os chocolates, livres de glúten, lactose e qualquer insumo de produto animal, hoje são distribuídos por todo o Brasil e já atravessaram fronteiras em um projeto de exportação para os Estados Unidos. O próximo passo, segundo a cofundadora da Java Chocolates, Aline Palmiro, é retomar o projeto de exportação para a Europa, iniciado em 2020 e paralisado devido à pandemia.

“A Java nasceu de uma necessidade minha, intolerante à lactose e glúten. Naquela época não existiam produtos nacionais com essas características que fossem gostosos e acessíveis. Mas para conseguir entregar produtos com essas características, precisávamos de uma matéria-prima especial – o chamado cacau fino -, não podíamos trabalhar com cacau vendido como *commodity*. Fomos para o Pará desenvolver os nossos fornecedores”, relembra Aline Palmiro.

“A logística é um grande desafio no nosso País, principalmente para produtos perecíveis e sem conservantes como o nosso chocolate”

Aline Palmiro

Foi em 2019 que um produtor de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha, procurou a empresária para oferecer o seu cacau, produzido dentro dos parâmetros para classificá-lo como fino. Foram várias conversas, viagens e ajustes até que a produção mineira entrasse nos padrões exigidos pela indústria. Hoje, o cacau mineiro já é responsável por 50% do que é produzido pela Java Chocolates. A capacidade de produção da marca é de três toneladas por mês. O volume efetivamente produzido, porém, varia muito, influenciado pelas datas comemorativas, clima e desempenho da economia.

Os chocolates da Java podem ser encontrados em multimarcas e pelo *e-commerce* da marca, habilitado a fazer entregas em todo o País, seja para os varejistas ou consumidores finais.

“A logística é um grande desafio no nosso País, principalmente para produtos perecíveis e sem conservantes como o nosso chocolate. Por isso, desenvolvemos parceiros capazes de fazer a entrega garantindo a integridade dos produtos”, destaca a empresária.

Temos uma equipe que se identifica com a marca, afirma a cofundadora da Java, Aline Palmiro FOTO: RAÍSSA CÉSAR FOTOGRAFIA

A fábrica em Belo Horizonte conta com 10 colaboradores diretos e outros três em funções administrativas terceirizadas. A maioria da equipe está na empresa há muitos anos. Diante da crise de escassez de talentos enfrentada pelo Brasil e pelo mundo, esse é um dos fatores, segundo a executiva, que ajuda a explicar o sucesso da Java.

“Enfrentamos a falta de mão de obra. Já levamos meses para preencher uma determinada posição. Com o tempo conseguimos formar um time muito forte e coeso. Isso tem a ver com uma série de fatores, que vão da remuneração e cesta de benefícios ao clima organizacional.

“Temos aqui uma equipe que se identifica com a marca, que consome o que produz. Isso é muito importante porque em tempos em que existe uma disputa acirrada pela mão de obra, concorrer apenas por fatores objetivos como salário e benefícios”, completa a cofundadora da Java Chocolates.

Franquia vai investir R$ 1 bilhão para ficar autossuficiente

São Paulo - A alta acentuada dos preços do cacau fez a Cacau Show acelerar seu plano de aumentar sua área plantada para se tornar autossuficiente na principal matéria-prima dos chocolates. Atualmente a fazenda Dedo de Deus, em Linhares (ES), atende cerca de 3% da demanda da companhia brasileira pelo produto.

Para os próximo 10 anos, o CEO da Cacau Show, Alexandre Costa, prevê o investimento de R$ 1 bilhão para chegar a 7.000 hectares de cacau. A expansão da produção vai ao encontro do plano de crescimento da área plantada de cacau no Brasil incentivada pelo governo e pela indústria.

Em 2024, a empresa projeta produzir 33 mil toneladas de chocolate.

No momento, a companhia está prospectando áreas no Espírito Santo, na Bahia e no Pará (esses dois últimos, os maiores produtores no Brasil) e quer encontrar um sócio no agronegócio para investir no segmento.

Segundo Costa, uma das possibilidades à mesa é a associação com algum grupo grande que ajude a viabilizar a expansão da produção. A primeira colheita do cacau ocorre de três a quatro anos a partir do plantio.

Na fazenda Dedo de Deus, onde a primeira colheita foi há três anos, estão plantados 53 mil pés de cacau em 50 hectares. A propriedade tem ainda uma espécie de viveiro-laboratório, um jardim clonal, onde são testadas e cultivadas as melhores variações da planta.

Esse é um dos fatores para a alta produtividade na Dedo de Deus, de cerca de 2.500 quilos por hectare de área plantada. Algumas áreas chegam a bater a marca de 3.000 quilos. O outro é o uso de tecnologia e de um outro modelo de plantio.

A produção da Cacau Show é feita sob a incidência solar e com os pés plantados com distância suficiente para que caminhões passem entre eles, em contraste ao tradicional sistema cabruca, que usa a sombra das áreas nativas da mata atlântica e onde há baixa mecanização do trabalho.

Por ser produtor de cacau e ter indústria de chocolate, o Brasil tem as três principais moageiras em seu território Cargill, Barry Callebout e Olam. Cerca de 75% a 80% do que elas processam vêm da produção nacional.

O resto é importado e a referência de preços de amêndoas nacionais ou importadas é a bolsa de *commodities* de Nova York.

O pico foi registrado em abril deste ano, de US$ 11,311 mil por tonelada de amêndoa, mas os preços vêm em alta desde o início de 2023. A partir de 2024, porém, o ritmo de alta se intensificou.

Na avaliação do dono da Cacau Show, o mercado internacional de cacau está muito “emocional”. Antes do ciclo de alta, os preços pagos aos produtores também estavam muito baixos.

Os maiores produtores mundiais da amêndoa estão na Costa do Marfim e em Gana. O plantio e a colheita na África Ocidental estão afetados por novas doenças e mau tempo, encolhendo os estoques.

Em 2024, a Cacau Show projeta produzir 33 mil toneladasde chocolate FOTO: DIVULGAÇÃO / CACAU SHOW

Para os próximos meses, Alexandre Costa diz que o consumidor de chocolate no Brasil deve começar a sentir o efeito do descontrole do mercado. “Vai ter um nível de reajuste. Temos uma empresa que cresce muito e uma situação em que o preço chegou a triplicar”, diz Costa.

O dono da Cacau Show lembra que as indústrias trabalham com contratos futuros de três a seis meses. Esse “estoque de proteção” com preços mais baixos está chegando ao fim. **(Fernanda Brigatti/Folhapress)**

Nova “Playland” será em Santo André

São Paulo - A produção de chocolate é o principal braço de negócios da Cacau Show, mas não é o único.

O mais recente foi a aquisição do Grupo Playcenter, complexo de entretenimento e parque de diversões. A compra foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em meados de abril e, com isso, diz o CEO da Cacau Show, Alexandre Costa, “eu já posso ir lá”.

O Playcenter deu nome ao tradicional parque de diversões na marginal Tietê, fechado em 2012. Atualmente, o grupo mantém duas operações de lazer indoor, principalmente em *shoppings*. Além das Playland, o Playcenter Family.

A primeira unidade já sob o comando do novo dono será uma Playland no *shopping* Grandplaza, em São André (ABC paulista). O espaço está sendo reformado. “Vamos inaugurar essa nova loja, que já será muito mais chocolatada, e vamos começar a juntar entretenimento e chocolate”, diz Costa.

Outra novidade no portfólio de negócios da Cacau Show é a abertura de um segundo *resort*, agora em Águas de Lindoia, no interior de São Paulo.

Também batizado de Bendito Cacao, mesmo nome da linha *bean to bar* - do grão à barra -, como são conhecidos os produtos que têm todas as etapas internalizadas pela indústria, ele pretende ser um “*resort* para família”.

Onde um dia foi o hotel Vacance, o novo *resort* já está recebendo hóspedes e visitantes, mas ainda não foi oficialmente inaugurado.

O outro *resort* foi inaugurado em 2021, em Campos do Jordão (a 181 km de São Paulo), na serra da Mantiqueira, na propriedade onde um dia funcionou o Blue Mountain. Lá, o cacau aparece no Spa, a manteiga é usada em tratamentos como hidratante, e a casca, em esfoliações, na decoração e em pratos doces e salgados. **(Fernanda Brigatti/Folhapress)**

RAIO-X

Fundação 1988, na Casa Verde, zona norte de São Paulo
Lojas cerca de 4.400; 3.981 franqueadas e 364 próprias
Funcionários 22 mil
Produção capacidade para 33 mil toneladas ao ano
Faturamento R$ 5,3 bilhões em 2023
Principais concorrentes Kopenhagen, Lindt, Dengo e Brasil Cacau

Rede Lius Agostinianos publica 1º relatório de sustentabilidade

ESG Documento apresenta transformações, desafios e conquistas da mantenedora das unidades do Colégio Santo Agostinho e Escolas Sociais

A Rede Lius Agostinianos, marca que representa as unidades do Colégio Santo Agostinho em Minas Gerais e Escolas Sociais Agostinianas em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, publicou nesta semana seu 1º Relatório de Sustentabilidade. O documento retrata o compromisso institucional com os pilares ambiental, social e de governança (ASG).

O documento, elaborado pela diretoria de ASG que foi instaurada em 2021 na Instituição, demonstra a implantação do plano de gestão de resíduos nas quatro unidades do Colégio Santo Agostinho, situadas em Belo Horizonte, Contagem e Nova Lima, e as Escolas Sociais, visando atingir a meta de Aterro Zero até 2030. Foram monitorados o volume de resíduos desviados dos aterros, quantidade de emissões de carbono minimizadas e a porcentagem de resíduos recicláveis por tipos. Foi realizada a compostagem de 33.78 toneladas e a reciclagem de 35.25 toneladas de resíduos.

> **"Com a educação que propomos, eles podem carregar a semente dessa nova cultura que impactará no jeito como se relacionam com o outro"**
> Aleluia Heringer

"Uma instituição que lida com a Educação Básica tem o privilégio de tocar o futuro. Chegam até nós indivíduos com 2 anos e saem aos 17 anos para continuar a fazer parte de uma cidadania planetária. Com a educação que propomos, eles podem carregar a semente dessa nova cultura que impactará no jeito como se relacionam com o outro e com a Casa Comum, que é o nosso planeta", destaca a diretora de ASG da Rede Lius Agostinianos, Aleluia Heringer.

Ainda pensando no cuidado com a Casa Comum, em parceria exclusiva com a Cemig, a Rede Lius Agostinianos ingressou no Mercado Livre de Energia. Com isso, 34% de toda a energia consumida nas unidades do Colégio Santo Agostinho vem de fonte renovável certificada pela Cemig REC. A Instituição também mantém parceria com a Sou Vagalume para gerar energia solar em outras unidades, buscando promover a sustentabilidade e redução de custos nas tarifas.

A Rede Lius Agostinianos também promove a integração entre ambiente urbano e biodiversidade. Com 260 mil m² de área de preservação e 7,33,17 hectares de Reserva Legal, o ilAli oferece experiências educacionais ao ar livre. Em 2023, foram cultivadas no berçário do centro 1.522 mudas, sendo que 238 foram doadas para ser plantadas em áreas urbanas e 620 plantadas no ilAli.

Educação transformadora - Aleluia Heringer ressalta que o compromisso da Rede Lius Agostinianos é liderar uma educação transformadora e inspiradora, ampliando a consciência de mundo de alunos, famílias, colaboradores e parceiros. "O que diferencia a Excelência Pedagógica Agostiniana é estar alicerçada em três dimensões: Acadêmica, Humano-Cristã e Cidadã Planetária. Valorizamos a diversidade cultural e promovemos valores como empatia, diálogo e cooperação, capacitando os estudantes para tomar decisões alinhadas com seus propósitos de vida. Para isso, nossos Programas de Ensino vinculam o currículo escolar com a Agenda 2030 da ONU a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)", enfatiza.

34% de toda a energia consumida nas unidades do Colégio Santo Agostinho vem de fonte renovável certificada pela Cemig REC DIVULGAÇÃO / REDE LIUS AGOSTINIANOS

Grupo mantém três Escolas Sociais

A Rede Lius Agostinianos mantém, com recursos próprios, três Escolas Sociais que atendem, juntas, aproximadamente, 1.900 pessoas por ano. As escolas atuam com famílias em situação de vulnerabilidade social. Em 2023 foram 1.751 bolsistas na Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Médio, com alimentação, material didático e uniforme; 93 ações desenvolvidas com a comunidade, sendo 24 na Escola Profissionalizante Santo Agostinho (EPSA), em Belo Horizonte, 45 no Colégio AIACOM, no Rio de Janeiro, e 21 na Escola Santo Agostinho (ESA), em Bragança Paulista (SP).

Foram assistidas 259 pessoas na Assistência Social, por meio de programas de Qualificação Profissional (Programa de Inclusão Produtiva) e Projeto Social (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos). Além disso, uma unidade social será aberta em Fortaleza, na região da Barra do Ceará, em 2025. No local serão atendidas, inicialmente, 100 crianças e jovens, entre 6 e 15 anos. A Província possui, há alguns anos, presença missionária na região, que tem grande índice de vulnerabilidade social.

Governança - Dois temas materiais foram priorizados em 2023, a Gestão de Riscos e Diálogo com as Partes Interessadas. O diálogo tem sido a palavra-chave para conduzir o relacionamento com a comunidade escolar. Por meio do Programa Aldeia que Educa, o Colégio Santo Agostinho reforça os laços entre a escola e a família, colaboradores e estudantes. "Construímos assim uma aldeia aberta à escuta, disposta a se expressar, opinar, falar com verdade, se posicionar e representar os interesses coletivos", explica a diretora de ASG da Rede Lius Agostinianos, Aleluia Heringer. O Programa abraça os seguintes projetos: Artesão da Paz, Roda de Conversa, Aldeia em Ação e produção de conteúdos que apoiam a educação dos filhos em rádio e jornal.

O Artesão da Paz contempla a participação de ao menos uma família por turma de alunos que atua como facilitador do diálogo entre a escola e as mães, pais e responsáveis em assuntos coletivos e que visem o bem comum. Em 2023, o grupo recebeu 313 acionamentos, que foram 100% atendidos.

As Rodas de Conversa têm por objetivo ampliar o diálogo com a comunidade educativa de forma sistemática, garantindo o diálogo com estudantes, professores, colaboradores administrativos, famílias e parceiros/terceirizados. Foram 330 participantes, em 2023, num total de 43 encontros. Já o Aldeia em Ação reúne iniciativas que buscam ampliar a visão de educação integral e integrada da família. No ano passado, foram cerca de 7 mil pessoas envolvidas e mais de 60 ações realizadas pelas unidades com famílias e estudantes.

"Estar entre as melhores Instituições de Educação de Minas Gerais e, também, do Brasil, implica em um constante investimento no desenvolvimento de práticas pedagógicas; crescente investimento na formação de colaboradores e professores; bem como nas melhores práticas de Governança e Gestão. Continuemos, juntos, trabalhando com afinco para garantir a perenidade da nossa Instituição, a nossa identidade católica e para levar a boa nova da educação agostiniana ainda mais longe", reforça o diretor Geral da Rede Lius Agostinianos, Márcio Horta.

ENCONTRO G20 EM BELO HORIZONTE TRAZ DISCUSSÕES SOBRE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

JANAYNA BHERING

Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente conselho inovação e VP executiva na ACMinas

O último encontro do G20 em Belo Horizonte, realizado entre 27 e 29 de maio, teve como foco principal a transição energética, abordando diversos aspectos cruciais para a sustentabilidade global. Presidido pelo Ministro de Minas e Energia do Brasil, Alexandre Silveira, o evento concentrou-se na dimensão social da transição energética. Esse encontro foi parte das reuniões do Grupo de Trabalho de Transições Energéticas, que discutiu ações para superar os desafios relacionados ao tema.

O G20 reúne países com as maiores economias globais, para tratar de questões econômicas, políticas e sociais. O grupo é composto por líderes de 19 nações, como África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia, além da presença da União Africana e da União Europeia.

Em 2024, o Brasil assumiu a presidência do grupo e além de priorizar a transição energética, incluiu outras questões importantes na agenda, como o combate à fome e à pobreza, financiamento de baixo custo, acesso universal à energia limpa, inovação em biocombustíveis e o desenvolvimento sustentável em suas esferas econômica, social e ambiental. O governo brasileiro buscou combinar debates políticos com soluções financeiras, propondo medidas para erradicar a pobreza, combater a desnutrição e promover a bioeconomia. Essas discussões e iniciativas refletem as principais bandeiras do governo brasileiro, buscando deixar uma marca significativa durante sua presidência do G20 e influenciar a agenda global em áreas críticas para o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Segundo um relatório da BloombergNEF, em 2023, o Brasil destinou aproximadamente US$ 34,8 bilhões para o desenvolvimento de energias renováveis. O País se destaca como líder na América Latina nesse aspecto e ocupa a sexta posição global.

O Brasil vem se destacando como um protagonista na transição energética global, beneficiando-se de seus recursos naturais abundantes, como água doce, sol e vento. Atualmente, 88% da energia elétrica do país é gerada por fontes renováveis e limpas, com investimentos expressivos em infraestrutura de transmissão, energia eólica, solar e biomassa

Com o encerramento das discussões do encontro do G20 emerge uma provocação essencial: a transição energética não é apenas uma escolha, mas uma necessidade premente para a sustentabilidade global. À medida que líderes de nações se reúnem para discutir políticas econômicas, sociais e ambientais, fica claro que a energia limpa não é mais uma opção, mas sim o caminho inevitável para um futuro habitável. O Brasil, assumindo a liderança nesse debate e investindo significativamente em energias renováveis, mostra não apenas um compromisso com seu próprio desenvolvimento sustentável, mas também um exemplo inspirador para o mundo. Este momento histórico do G20 marca não apenas uma discussão, mas um chamado à ação coletiva em prol de um planeta mais verde e equitativo.

CURTAS

Aeronave temática da Azul inspirada no Pateta da Disney estreia no BH Airport

O BH Airport recebeu a mais nova aeronave temática do País, inspirada no amado personagem da Disney, o Pateta. Ela faz parte da "Frota Mais Mágica do Mundo" da companhia Azul Linhas Aéreas, que também conta com aeronaves temáticas do Mickey Mouse, Minnie Mouse, Pato Donald e Margarida. O meticuloso processo de pintura e customização da aeronave, realizado na fábrica da Airbus em Toulouse, foi inspirado em um *design* criado por artistas do Walt Disney World Resort. Além dos detalhes do personagem na parte da frente, a aeronave traz o desenho do Pateta na cauda e as cores dele em toda a sua extensão: azul, laranja, preto e verde.

Academia Assaí oferece curso presencial gratuito

No ano de 2023, o Estado de Minas Gerais contou com a abertura de mais de 85 mil novas pequenas empresas, de acordo com o levantamento do Sebrae Minas, o que representa um crescimento de 10% ante 2022 e os pequenos negócios são responsáveis por 30% da economia de todo o Brasil. Entretanto, para garantir o desenvolvimento e sucesso dos(as) micros e pequenos(as) empreendedores(as), é preciso investir em capacitação. Em busca de promover oportunidades e caminhos de prosperidade para pessoas e comunidades onde possui lojas, o Assaí Atacadista, por meio do Instituto Assaí, abre inscrições para um curso presencial gratuito, a fim de ofertar conhecimento para os(as) empreendedores(as) de Belo Horizonte e região, contribuindo de forma ativa para o desenvolvimento de seus respectivos negócios. Presente no Estado desde 2018, o atacadista conta atualmente com oito lojas mineiras e o público empreendedor como uma parcela importante de seus(uas) clientes.

Professional Fair e Estética e Micro - Feira e congresso ocupam o Expominas

Diversos lançamentos, 200 cursos gratuitos e os mais variados produtos com preços acessíveis, inclusive para profissionais *barber* com Juarez Leite, serão os principais destaques da "Professional Fair", de 23 a 25 de junho, no Expominas, em Belo Horizonte. A programação dessa maior feira da beleza de Minas Gerais, a segunda maior do Brasil, apresentará equipamentos, novidades em cuidados para os cabelos e unhas, inovações em tratamentos estéticos, dezenas de palestras com renomados especialistas em *workshops* para capacitação e demonstração de técnicas, inclusive de harmonização facial e corporal. A 19ª edição ocupará 22 mil metros quadrados com cerca de 150 empresas expositoras, representando 450 marcas nacionais e internacionais. As duas feiras são consideradas um verdadeiro centro de informações e capacitação profissional.

FDC recebe selo Carbono Neutro

SUSTENTABILIDADE Fundação compensou, pelo terceiro ano consecutivo, 100% das emissões

Os problemas decorrentes do aquecimento global e das mudanças climáticas colocam o tema da economia de baixo carbono como uma questão central para o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, a Fundação Dom Cabral empreende vários esforços para qualificar e gerenciar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) na instituição. A escola acaba de fazer a compensação de 915 toneladas de CO², o equivalente à preservação de 228 hectares de árvores ou 23.306 residências abastecidas com energia. Com isso, pelo terceiro ano consecutivo, a escola de negócios recebe o selo Carbono Neutro.

O resultado alcançado é fruto do trabalho da Fundação Dom Cabral com a Moss, *climate tech* parceira no processo de compensação, desde 2021, por meio das Unidades de Carbono Verificadas (VCU - Verified Carbon Unit) - nome dado aos créditos de carbono gerados e certificados internacionalmente, pelo registro global Verra.

Todos os cálculos do inventário e metodologia foram realizados seguindo orientações do GHG Protocol, base para a contabilização de emissões corporativas, que contempla três escopos de trabalho. O escopo 1 considera os aspectos relacionados à combustão estacionária de gás natural e GLP, combustão móvel, emissões fugitivas e emissões de mudança no uso do solo; o escopo 2 compreende as emissões provenientes da utilização de energia elétrica e o 3 analisa o consumo de combustível proveniente de viagens a negócio, deslocamento de funcionários e resíduos sólidos. *Status* de emissão de GEE da FDC:

- Escopo 1: 120,51 CO²;
- Escopo 2: 50,01 CO²;
- Escopo 3: 743,97 CO²

A iniciativa de compensação de carbono faz parte do compromisso da FDC com a sustentabilidade, cuja estratégia é orientada por quatro pilares: Educar, Conhecer, Articular e Praticar. Este último pilar inclui as práticas internas da escola, como a medição das emissões de carbono, investimento em projetos de redução e compensação do carbono residual da operação. Para reduzir as emissões, por exemplo, a FDC investe em uma plataforma energética 100% renovável nos campi Aloysio Faria e BH, faz a coleta de água de chuva para irrigação do terreno e dos jardins e aprimorou a coleta seletiva.

Em 2023, a instituição contabilizou descartes de papéis (3,07 toneladas/ano) e de resíduos alimentares (3,24 toneladas/ano). O uso da água de chuva gera aproximadamente 9% de economia no consumo da água utilizada para irrigação. Outras iniciativas sustentáveis da Fundação Dom Cabral:

- Uso de lâmpadas de baixo consumo;
- Equipamentos de baixo consumo de energia;
- Redução do consumo de combustível com a mudança do formato do transporte coletivo;
- Utilização de copo biodegradável;
- Ações de digitalização (redução de material didático impresso e controles administrativos).

Em Minas Gerais, nos campi Aloysio Faria e Belo Horizonte, a Fundação Dom Cabral conta com 100% de energia limpa certificada, por exemplo. O processo de mensuração de energia é relativo ao consumo na sua operação. Para garantir energia limpa, é preciso ter a emissão do certificado do concessionário, atestando que a energia é proveniente de recursos renováveis. No caso da Fundação Dom Cabral, o provedor que emite este certificado é a Cemig.

> "A Fundação Dom Cabral busca mobilizar a sociedade e as lideranças para uma postura crítica e ativa em relação aos desafios ambientais"
> Marina Spínola

"A FDC busca mobilizar a sociedade e as lideranças para uma postura crítica e ativa em relação aos desafios ambientais. Nós buscamos praticar aquilo que acreditamos e ensinamos, essa é uma tarefa diária que não é simples. Mas a FDC é guiada pelo compromisso com a vida das novas gerações e com a saúde do planeta, reconhecendo a urgência das mudanças que é preciso empreender. A sustentabilidade é relevante para os negócios, precisa do empenho de todos da organização. Agradecemos a todos que fazem parte desse processo e nos ajudam a construir uma escola cada vez melhor para as organizações e a sociedade", pontua a diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da FDC, Marina Spínola.

SELOS DE DESCONTO

L-founders e Supernosso fecham parceria

Facas de estilo profissional e ultrarresistentes, da marca suíça SIGG, produzidas em aço japonês de alta qualidade, tesoura de cozinha, afiador de facas e um bloco magnético, aguardam os clientes do Supernosso. A rede estreou sua primeira campanha "Super Selinhos de Desconto", em parceria com a holandesa L-founders of loyalty, líder global em soluções de fidelização para varejo.

A marca suíça SIGG é líder na fabricação de utensílios de cozinha, como facas e panelas, conhecidos pela qualidade, durabilidade e resistência. Os produtos apresentam um *design* moderno revestido em preto, adaptando-se a qualquer estilo de cozinha. A lâmina das facas passa por um tratamento abaixo de zero, o que as torna mais duráveis e resistentes à corrosão.

Para a ação do Supernosso, a cada R$ 20 reais em compras, em um único cupom fiscal, o cliente cadastrado no Clube Supernosso ou no Supernosso Prime receberá um selo de desconto para acumular e adquirir os produtos da campanha, com descontos que variam até 98%. A ação irá até 22 de setembro para compra de produtos e acúmulo de selos. Haverá um prazo adicional somente para compra dos produtos SIGG com desconto, utilizando os selos acumulados, de 23 de setembro ao dia 6 de outubro.

A gerente de marketing do grupo, Tatiana Geraldo, acredita que a campanha é uma forma de oferecer uma experiência diferente para o cliente nas lojas do Supernosso, além de fortalecer o engajamento entre a rede e o consumidor.

"Os clientes acabam se interessando por esse tipo de promoção pois sabem que, no momento da compra, podem adquirir produtos de excelente qualidade, por um preço muito benéfico", explica.

Beatriz Ramos, CEO da L-founders of loyalty no Brasil, celebra a parceria: "É com

Cada R$ 20 em compras vale um selo FOTO: DIVULGAÇÃO / L-FOUNDERS OF LOYALTY

gratidão e grande entusiasmo que a L-founders of loyalty desenvolveu a campanha de selos de desconto para o Supernosso, referência em qualidade de atendimento e oferta de excelentes produtos. Como fazemos com todos os nossos parceiros, nosso time criou para o grupo mineiro uma estratégia singular, com o principal propósito de fidelizar e ampliar sua base de consumidores. Estou segura de que essa primeira campanha terá um enorme sucesso e irá superar as expectativas de resultados da diretoria do Supernosso, porque as campanhas da L-founders of loyalty incentivam o engajamento dos clientes de forma simples, dinâmica, com um forte apelo emocional que cria conexão imediata, momentos e memórias especiais".

Com operação em todos os continentes e presente em 37 países, já beneficiou 100 milhões de consumidores, em parceria com mais de 43 mil estabelecimentos. A L-founders of loyalty foi fundada pelo criador das campanhas dos selinhos - que lançou sua primeira campanha de fidelidade há mais de 30 anos) e por um grupo de colaboradores, que, juntos, somam mais de 1.800 anos de experiência no segmento. A empresa é parceira das principais empresas varejistas do mundo. Uma de suas missões é auxiliar os varejistas a atingirem um alto índice de engajamento de seus consumidores, com o uso dos selinhos como ferramenta potencializadora de vendas em programas de fidelidade. É detentora da marca Fidelidade com Propósito®, reafirmando a intenção de incorporar propósitos de responsabilidade social às campanhas desenvolvidas.

LEGISLAÇÃO

CURTAS

Cobrança de ISS na industrialização por encomenda

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar no dia 12 de junho um tema tributário de bastante relevância para o setor industrial. A Suprema Corte discutirá se é constitucional a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) na industrialização por encomenda, realizada em materiais fornecidos pelo contratante, quando a operação configura etapa intermediária do ciclo produtivo da mercadoria, que é sujeita ao ICMS. Trata-se de conflito clássico de tributação, nesse caso entre municípios e estados, que é bastante comum no ambiente de caos tributário brasileiro. O julgamento começou em abril de 2023, mas foi interrompido por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. Na ocasião, o relator, ministro Dias Toffoli, votou pela inconstitucionalidade da cobrança.

Enel é multada pela Senacon

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, multou a Enel Distribuidora São Paulo em R$ 13 milhões por falhas no fornecimento de energia na capital paulista e demora no restabelecimento do serviço. A medida foi publicada na última terça-feira (4) no Diário Oficial da União. A empresa tem o prazo de dez dias para recorrer da decisão. Para o secretário Nacional do Consumidor, Wadih Damous, a Enel falhou em implementar políticas eficazes de prevenção e resposta rápida aos eventos climáticos, que estão se tornando cada vez mais frequentes, e "adotou más práticas que prejudicam a qualidade do serviço prestado, como a demissão de funcionários qualificados e a intensificação da terceirização".

Oposição à contribuição assistencial

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) vai definir como os trabalhadores não sindicalizados podem exercer o direito de oposição à contribuição assistencial. Por meio do julgamento, ainda sem data marcada, os ministros querem deixar claro o modo, o momento e o lugar apropriado para os trabalhadores rejeitarem o pagamento. O problema se estende desde setembro do ano passado, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que a cobrança das chamadas contribuições assistenciais para os trabalhadores de uma categoria, filiados ou não ao respectivo sindicato, é constitucional, desde que os empregados possam se opor a ela. Os trabalhadores reclamam que alguns sindicatos estão dificultando a oposição.

Lei de Subvenções

Com a entrada em vigor da Lei nº 14.789/2023, conhecida como Lei de Subvenções, alteraram-se as regras de tributação de subvenções para investimento, incluindo os benefícios fiscais de ICMS concedidos pelos estados. A conversão da Medida Provisória 1.185 na Lei de Subvenções possibilitou a inclusão dos benefícios fiscais na base de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e Cofins e representou uma grande vitória do governo federal que estima arrecadar neste ano R$ 35 bilhões. Entretanto, segundo a advogada Rafaela de Oliveira Marçal, a constitucionalidade da lei é controversa, já que a mudança realizada na base de cálculo de tributos e nas disposições sobre conflitos de competência originaram-se de medida provisória e não de lei complementar, conforme previsto pelo ordenamento jurídico brasileiro.

AGU move 32 ações civis públicas para cobrar R$ 1,1 bi de infratores

MEIO AMBIENTE A grande maioria dos processos abertos (27) é no bioma da Amazônia

São Luís - A Advocacia-Geral da União (AGU) pretende cobrar um total de R$ 1,1 bilhão de infratores ambientais. A iniciativa é decorrente do ingresso de 648 ações judiciais e, segundo a AGU, marca o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado ontem. São 32 ações civis públicas cobrando R$ 800 milhões de responsáveis pelo desmatamento de 29,5 mil hectares em três biomas. A maioria (27 ações) é no bioma da Amazônia; depois vem o Cerrado, com três ações e duas no Pantanal.

"Em uma das ações civis públicas propostas pela AGU, por exemplo, é cobrado o valor de R$ 153 milhões de duas empresas responsáveis pelo desmatamento de 6,7 mil hectares de Cerrado no município de Jaborandi, na Bahia. A infração foi descoberta em 2006 pelo Ibama, que interditou a área. No entanto, em 2007 foi verificado que o embargo não só estava sendo descumprido, uma vez que o local estava sendo preparado para plantio, como outra área, de 1,1 mil hectares, também havia sido desmatada pelas empresas", informou a AGU em nota.

De acordo com a AGU, análise feita pelo Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima) comprovou que as áreas continuam sendo exploradas e danificadas. Por conta disso, foram pedidas não só a condenação das empresas a pagar indenização pelo dano moral coletivo, como também a recuperar a vegetação do local, ressarcir o lucro obtido com a exploração ilícita da área e, em caráter liminar, o bloqueio de bens das infratoras e a proibição de que tenham acesso a linhas de crédito de instituições financeiras públicas, entre outras medidas.

A AGU também ingressou com 616 ações para cobrar R$ 306 milhões em multas aplicadas a infratores pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A AGU impetrou uma ação no valor de R$ 153 milhões contra duas empresas pelo desmatamento de 6,7 mil hectares de Cerrado na Bahia FOTO: CRÉDITO RAFA NEDDERMEYER / AGÊNCIA BRASIL

Queimadas - A de maior valor envolve crédito de R$ 101 milhões devido ao Ibama. A multa foi aplicada em 2012 a um infrator que destruiu, por meio de queimadas, mais de 5 mil hectares da Floresta Amazônica no município de Altamira (PA).

"O ajuizamento das ações contou com a participação de diversas unidades da AGU. Além da Pronaclima e das divisões de Cobrança Judicial e de Atuação Prioritária em Cobrança da Subprocuradoria-Geral Federal de Cobrança e Recuperação de Créditos, participaram da iniciativa as procuradorias-regionais federais, a Procuradoria Federal Especializada junto ao Ibama (PFE/Ibama), a Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio (PFE/ICMBio), a Coordenação de Cobrança Extrajudicial da Subprocuradoria-Geral Federal de Cobrança e Recuperação de Créditos e advogados da União e procuradores federais integrantes do AGU Recupera", disse a AGU. **(ABr)**

"A AGU também ingressou com 616 ações para cobrar R$ 306 milhões em multas aplicadas a infratores pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)"

CÓDIGO CIVIL

Projeto sancionado limita escolha de foro

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou um projeto de lei (PL) que cria regras específicas para que as partes envolvidas em uma eventual ação judicial elejam um foro em um contrato privado de caráter civil. Pelo texto, aprovado no Congresso Nacional, a escolha de foro deve guardar pertinência com o domicílio ou residência das partes.

O presidente Lula sancionou um projeto de lei que cria regras específicas para a eleição de foro em eventuais disputas judiciais FOTO: RAFA NEDDERMEYER / AGÊNCIA BRASIL

"Nós identificamos que boa parte dos processos que estão tramitando na Comarca do DF (Distrito Federal) são de outros estados sem guardar nenhum tipo de pertinência", afirmou o autor do projeto, deputado federal Rafael Prudente (MDB-DF), durante cerimônia de sanção do PL nº 1.803/2023, na última terça-feira (4), no Palácio do Planalto.

Para a relatora do projeto, deputada federal Érica Kokay (PT-DF), o texto fecha uma brecha da lei que atolava o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) de ações judiciais entre partes de outros estados.

"Nós vimos que havia um acúmulo muito grande de processos de vários locais do Brasil aqui no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em função de sua capacidade de ser célere e por suas custas (menores)", afirmou.

A nova lei alterou o Código de Processo Civil para estabelecer que a eleição de foro deve guardar relação com o domicílio das partes ou com o local da obrigação, e que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício por parte do juiz. A mudança na lei era um pedido dos juízes do TJDFT.

Para o desembargador Roberval Casemiro Belinati, 1º vice-presidente do TJDFT, a lei corrige um problema histórico que penalizava o tribunal e os próprios moradores do DF.

"Hoje, muitos advogados ajuízam suas as ações em Brasília, porque aqui o tribunal é tido como o mais célere, as custas (judiciais) mais baratas. O advogado mora, por exemplo, no Amazonas, no Maranhão ou no Rio Grande do Sul, os negócios jurídicos estão sendo realizados naqueles locais e, para resolver qualquer litígio envolvendo as partes, eles elegem o foro de Brasília. O território tem que ser rigorosamente observado, sob pena do juiz não aceitar o processo", afirmou.

Para o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, historicamente, o Código de Processo Civil remetia às partes a escolha livre do foro, pelo entendimento de que era uma questão particular, mas que acabou esbarrando no interesse público. "Se o particular puder escolher o foro, ele penaliza a parte contrária, que terá que se deslocar, ou penaliza os tribunais mais eficientes", observou. **(ABr)**

FINANÇAS

Relator entrega parecer da PEC que dá autonomia ao BC

AUTORIDADE MONETÁRIA **Proposta transforma o Banco Central em empresa pública com natureza especial**

Brasília - O parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2024, que dá autonomia orçamentária e financeira ao Banco Central (BC), foi entregue ontem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado pelo relator, senador Plínio Valério (PSDB-AM). A matéria inclui na Constituição a autonomia operacional da autoridade monetária, que hoje é prevista pela Lei Complementar 179, aprovada em 2021.

A PEC transforma o BC de uma autarquia federal vinculada, mas não subordinada, ao Ministério da Fazenda, em uma empresa pública, com natureza especial devido ao exercício de atividade estatal, passando a ter personalidade jurídica de direito privado.

A autonomia é defendida pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto. Já o Executivo ainda não se manifestou oficialmente sobre o tema. A proposta recebeu a assinatura de 42 senadores. Para ser aprovada no plenário, uma mudança constitucional precisa do voto de 49 senadores em dois turnos.

O senador Plínio Valério justifica a medida argumentando ser necessária para que a instituição possa desenvolver suas atividades "sem constrangimentos financeiros". Com a autonomia proposta, o orçamento do BC não dependeria mais dos repasses do Tesouro Nacional, usando as receitas próprias "geradas pelos seus ativos, para custear suas despesas com pessoal, custeio em geral, investimentos e outras".

O relator acrescentou ainda que a medida traria alívio para as contas da União, por não precisar arcar com os gastos do BC. Além disso, a proposta impõe limites para o gasto com servidores, que terão os reajustes salariais limitados à inflação "para evitar crescimento exacerbado desta rubrica orçamentária". Um reajuste acima da inflação dependerá de autorização do Senado.

CLT - Se aprovada a PEC, os servidores deixam de ser regidos pelo regime único da União e se tornam empregados públicos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Devido a essa mudança, o parecer prevê regras que impeçam demissão sem motivos.

"Os integrantes do quadro próprio e permanente de pessoal do Banco Central somente poderão ser demitidos em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou em caso de cometimento de falta grave", define a PEC.

A proposta ainda prevê compensação financeira para a previdência dos atuais servidores que migrarem para a CLT. "Deve-se levar em conta o princípio máximo de não prejuízo e de proteção aos atuais servidores que não podem sofrer perda de direitos adquiridos na sua atual situação funcional, adotando uma regra de transição no processo de mudança de regime jurídico", diz o relator. **(ABr)**

A autonomia orçamentária e financeira do BC é defendida por Roberto Campos FOTO: MARCELLO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL

> **"Deve-se levar em conta o princípio máximo de não prejuízo e de proteção aos atuais servidores que não podem sofrer perda de direitos adquiridos na sua atuação situação funcional, adotando uma regra de transição no processo de mudança"**
>
> Plínio Valério

Sinal aponta favorecimento de "elite"

Brasília - Servidores do Banco Central estiveram ontem nos corredores do Senado, abordando os parlamentares, fazendo *lobby* a favor ou contra a proposta de autonomia do Banco Central. O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) argumenta que a medida afasta o Banco Central do Executivo, dificultando a coordenação das políticas monetária e fiscal favorecendo uma "elite" dentro da instituição.

"(A preocupação) é a de que algumas medidas tomadas por futuros diretores do BC sejam influenciadas não pela boa execução da política econômica necessária ao país, mas sim pela vontade de gerar lucros para justificar bônus de produtividade individual para diretores da Casa", argumenta, em nota, o sindicato.

Já a Associação Nacional dos Analistas do Banco Central (ANBCB) defende a PEC. A associação alega que o BC vem sofrendo cortes orçamentários que colocam em risco os projetos e investimentos necessários para manutenção e expansão dos serviços prestados.

"Sem recursos, a manutenção de sistemas e a atuação do BC são prejudicadas", diz o informe da ANBCB divulgado aos senadores.

O doutor em Economia e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental Paulo Kliass avalia que o objetivo da PEC é conceder uma independência total ao Banco Central, aumentando a autonomia operacional conquistada em 2021.

"A intenção é converter o BC em um espaço do Estado que seja de fato independente do Executivo e fora do controle do Legislativo e do Judiciário. Uma jabuticaba de usufruto exclusivo do capital financeiro", alerta o especialista em artigo. **(ABr)**

CRÉDITO

Comef vê um maior apetite por risco em operações

São Paulo - O Banco Central (BC) avalia que o apetite por risco das instituições financeiras aumentou e o ambiente continua demandando atenção, considerando ainda que o cenário global prospectivo ainda apresenta riscos que podem levar à materialização de cenários de reprecificação de ativos financeiros globais.

De acordo com ata de reunião do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) divulgada ontem, o ritmo de crescimento do crédito às famílias se estabilizou após um longo período de desaceleração, e há sinais de aquecimento em modalidades como veículos e crédito não-consignado. Mas foi observada piora nos critérios de concessão.

"O endividamento e o comprometimento de renda permanecem historicamente elevados", destacou o documento, citando que nas empresas o ritmo de crescimento do crédito aumentou, mas sem alteração relevante nos critérios de concessão.

Em relação ao cenário global, o BC avalia que incertezas sobre a extensão do período de juros elevados e dos níveis de equilíbrio das taxas de juros no longo prazo, pressões decorrentes do diferencial de juros sobre as moedas, preocupações quanto à sustentabilidade fiscal, e suscetibilidade dos mercados a eventuais disrupções de oferta contribuem para manter os riscos de reprecificação de ativos sob atenção.

"O Comef avalia que a exposição do (sistema financeiro nacional) ao risco da taxa de câmbio é baixa e a dependência de *funding* externo é pequena", apontou a ata. "A transparência, previsibilidade e credibilidade na condução das políticas monetária, fiscal e macroprudencial são essenciais para mitigar os riscos sistêmicos", ressaltou.

O documento reforçou ainda que o Comef está atento à evolução dos cenários doméstico e internacional e segue preparado para atuar, de forma a minimizar eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais.

O BC considera ainda que os preços dos ativos e o crescimento do crédito não representam preocupação no médio prazo, embora existam incertezas a serem acompanhadas.

Calamidade no RS - Em relação ao Rio Grande do Sul, O BC considerou que as medidas adotadas até agora pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela autoridade monetária favorecem a renegociação das dívidas existentes e ampliam a liquidez das instituições financeiras em que os devedores de municípios em estado de calamidade representam mais de 10% da carteira de crédito total.

"Com isso, permite-se que tomadores de crédito tenham melhores condições para enfrentar a situação emergencial, ao tempo em que se preserva a capacidade das instituições de ofertar crédito aos agentes afetados pelas enchentes", disse.

"O Banco Central segue monitorando a intermediação financeira na região, e poderá adotar medidas adicionais a fim de manter o funcionamento eficiente e a solidez do sistema financeiro", afirmou. **(Reuters)**

EMERGÊNCIA

BNDES instala posto para ajudar empresas gaúchas

Rio de Janeiro - Pesquisa feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com o governo do Rio Grande do Sul, com 14 mil empresas aponta que 80% precisam de crédito para retomarem seus negócios. As três necessidades mais urgentes apontadas pelas empresas são acesso a crédito, adiamento de impostos e renegociação de dívidas.

Visando dar apoio emergencial a empresários gaúchos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou a instalação de um posto avançado na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. O posto começou a funcionar ontem e ficará aberto até o dia 28 deste mês, com a finalidade de apresentar soluções de crédito e garantia para os empresários e produtores rurais atingidos pelas enchentes.

Cerca de 30 funcionários do banco trabalharão na capital do Rio Grande do Sul com o objetivo de oferecer uma base local para difusão de informações, abordando as condições financeiras, modalidades operacionais e condições para acesso. Estão previstas reuniões das equipes do BNDES com entidades de representação empresarial, como Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região, Sindicato da Indústria de Laticínios, Associação das Indústrias de Móveis do Estado, Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, Sindicato das Indústrias de Máquinas Agrícolas, além de prefeituras e sindicatos. O banco divulgará balanço periódico em seu site, com informações sobre o desempenho de suas ações no Rio Grande do Sul.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou que a finalidade do posto avançado é "garantir o suporte necessário e oferecer soluções que facilitem a retomada das atividades econômicas das empresas da região".

Capital de giro - Na última semana, o BNDES disponibilizou R$ 15 bilhões em recursos do Fundo Social do Pré-Sal para regiões gaúchas atingidas pelas enchentes e que tiveram estado de calamidade pública decretado pelo governo federal. Os recursos podem ser utilizados para capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos e projetos de investimento, como recuperação de plantas produtivas.

Foi aprovada também pela instituição a suspensão completa de pagamentos por 12 meses e alongados, pelo mesmo prazo, os financiamentos para clientes de cidades atingidas pelos desastres. A medida torna elegíveis para suspensão e renegociação R$ 7,7 bilhões em prestações, sendo R$ 5,6 bilhões para operações indiretas e R$ 2,1 bilhões para operações diretas, o que beneficiará mais de 227 mil contratos. Para micro, pequenas e médias empresas, o BNDES disponibilizou mais de R$ 500 milhões em garantias, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI Peac), para financiamentos. **(ABr)**

Family Office: a solução ideal para a gestão de patrimônios familiares

Silvinei Toffanin
Sócio-fundador da Direto Group- empresa de wealth management com mais de 25 anos de mercado, especializada na prestação de serviços de consultoria, contabilidade, controladoria, assessoria fiscal, tributária, trabalhista, legal, societária, BPO Financeiro, planejamento financeiro estratégico, gestão e administração de Family Office, criação de Offshores

Com pesar, temos visto, nos últimos anos, a despedida de grandes empresários e empreendedores, que constituíram enormes impérios familiares. Acompanhamos, também, a partida de artistas de sucesso, que constituíram patrimônio relevante. Na maior parte dos casos, após o cumprimento dos ritos de passagem, inicia-se uma disputa, muitas vezes judicial, pela divisão dos bens.

É justamente para evitar essas situações, que existem os serviços privados de consultoria para gerenciamento de patrimônios: os chamados Family Office. É por meio desse modelo de gestão, que uma equipe integrada é formada para alinhar todos os aspectos da estrutura financeira e da estratégia patrimonial familiar dos clientes atendidos. Ou seja, trata-se de uma consultoria que vai operar ativos unifamiliares ou multifamiliares.

Na prática, um Family Office se dedica a buscar a melhor forma de maximizar, proteger e gerenciar os recursos para administrar o patrimônio dos seus clientes. Essa atividade inclui o planejamento tributário, doações, compra e gerenciamento de propriedades, gerenciamento de investimentos, transferência de riqueza geracional, planejamento imobiliário, gestão de riscos e uma série de outras frentes. É como ter um Diretor Financeiro trabalhando para proteger e aumentar o patrimônio da família, exatamente como seria feito no caso de uma empresa. No entanto, em vez de ter apenas uma pessoa atuando, há um time de especialistas trabalhando em conjunto para que nenhum detalhe seja deixado de lado.

A busca por Family Offices tem crescido de maneira especial nos últimos anos. Uma série de fatores – incluindo a pandemia – tem levado as pessoas a se preocuparem, cada vez mais cedo, com a sucessão e o planejamento familiar. O mais interessante é que, contrariando a ideia de que só devem recorrer à Family Office aqueles que tenham grandes fortunas, hoje em dia, esse é um serviço que pode ser interessante para qualquer pessoa que tenha um patrimônio relevante e vislumbre poupar valores para antecipar a aposentadoria. Também é indicado para empresas que precisam, em algum momento, tratar de assuntos relacionados à transferência e sucessão dos bens e direitos. No caso do planejamento sucessório, é fundamental que o titular do patrimônio reflita sobre essa passagem de bastão. Com a constituição de uma Family Office, torna-se mais assertiva a definição de quem serão os líderes, gestores ou sócios/acionistas.

Para formar a Family Office e realizar o Planejamento Sucessório é necessário seguir alguns passos. Para iniciar, é importante definir metas e objetivos. Em seguida, é imprescindível identificar e estabelecer os processos de governança para que os membros da família participem da tomada de decisões. Feito isso, são definidas as funções de cada membro, considerando inclusive o apoio adicional a herdeiros que ainda dependem da família, bem como a compensação no caso daqueles que ainda não têm controle sobre as decisões.

Outro passo importante é a definição de um planejamento tributário, levando em conta as implicações fiscais relacionadas a transmissão de bens por morte, divórcio, etc. A meta é trabalhar para reduzir a carga fiscal. Também é importante desenvolver um plano de transição, que facilite o processo sucessório e preveja possíveis problemas. Além disso, durante o processo de gestão do patrimônio uma série de indicadores precisam ser avaliados periodicamente, caso do VPL, VPLa, ROI, TIR, Payback, Ebitda, entre outros.

O fato é que ao constituir a Family Office e cuidar do plano de sucessão, são minimizados possíveis problemas entre os herdeiros e fica garantido que o desejo do empresário seja efetivamente seguido. Você já pensou nesse tipo de solução para deixar o patrimônio da família protegido?

> ***Um Family Office se dedica a buscar a melhor forma de maximizar, proteger e gerenciar os recursos para administrar o patrimônio dos seus clientes. Essa atividade inclui o planejamento tributário, doações, compra e gerenciamento de propriedades, gerenciamento de investimentos, transferência de riqueza geracional, planejamento imobiliário, gestão de riscos e uma série de outras frentes.***

FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Indicadores Econômicos

Dólar

		05/06/2024	04/06/2024	03/06/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,2970	R$ 5,2840	R$ 5,2330
	VENDA	R$ 5,2970	R$ 5,2850	R$ 5,2340
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,2835	R$ 5,2681	R$ 5,2367
	VENDA	R$ 5,2841	R$ 5,2687	R$ 5,2373
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,3260	R$ 5,3110	R$ 5,2510
	VENDA	R$ 5,5060	R$ 5,4910	R$ 5,4310

Fonte: BC

Inflação

Índices	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	-	-0,60%	-3,04%
IPC-Fipe	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	-	1,51%	2,77%
IGP-DI (FGV)	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	-	-0,26%	-2,32%
INPC-IBGE	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	-	1,95%	3,23%
IPCA-IBGE	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	-	1,80%	3,69%
IPCA-IPEAD	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	-	3,14%	5,85%

TR/Poupança

27/04 a 27/05	0,0088	0,5088
28/04 a 28/05	0,0350	0,5352
01/05 a 01/06	0,0870	0,5874
02/05 a 02/06	0,0870	0,5874
03/05 a 03/06	0,0521	0,5524
04/05 a 04/06	0,0487	0,5489
05/05 a 05/06	0,0844	0,5848
06/05 a 06/06	0,1103	0,6109
07/05 a 07/06	0,1082	0,6087
08/05 a 08/06	0,1060	0,6065
09/05 a 09/06	0,0834	0,5838
10/05 a 10/06	0,0488	0,5490
11/05 a 11/06	0,0342	0,5344
12/05 a 12/06	0,0604	0,5607
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861

Ouro

	05/06/2024	04/06/2024	03/06/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.355,22	US$ 2.326,95	US$ 2.350,98
BM&F-SP (g)	R$ 399,65	R$ 394,02	R$ 394,32

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	-
UPC (R$)	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50

Reservas Internacionais

04/06... US$ 357.069 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.112,00	Isento	Isento
De 2.112,01 até 2.826,65	7,5	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	651,73
Acima de 4.664,68	27,5	884,96

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 528,00
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2023 - A partir de maio de 2023.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7559	0,7714
COLON/COSTA RICA	35	0,3534	0,355
COLON/EL SALVADOR	40	0,00995	0,01004
COROA DINAMARQUESA	55	0,7695	0,7696
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03837	0,03842
COROA NORUEGUESA	65	0,4987	0,4989
COROA SUECA	70	0,5068	0,507
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4383	1,4389
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,5082	3,5097
DOLAR/BAHAMAS	155	5,2835	5,2841
DOLAR CANADENSE	165	3,8543	3,8559
DOLAR DA GUIANA	170	0,02511	0,02541
DOLAR CAYMAN	190	6,3275	6,405
DOLAR CINGAPURA	195	3,9163	3,9188
DOLAR HONG KONG	205	0,6764	0,6765
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,774	0,788
DOLAR DOS EUA	220	5,2835	5,2841
FORINT/HUNGRIA	345	0,01469	0,01471
FRANCO SUICO	425	5,908	5,9113
GUARANI/PARAGUAI	450	0,000702	0,0007021
IENE	470	0,03382	0,03383
LIBRA/EGITO	535	0,1109	0,1111
LIBRA ESTERLINA	540	6,7449	6,7478
LIBRA/LIBANO	560	0,000059	0,000059
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004063	0,0004065
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1634	0,1635
NOVO SOL/PERU	660	1,405	1,4139
PESO ARGENTINO	665	0,06333	0,06335
PESO CHILE	715	0,005828	0,005833
PESO/COLOMBIA	720	0,001346	0,001346
PESO/CUBA	725	0,2201	0,2202
PESO/REP. DOMINIC	730	0,0885	0,08956
PESO/FILIPINAS	735	0,08999	0,09003
PESO/MEXICO	741	0,3014	0,3016
PESO/URUGUAIO	745	0,1356	0,1357
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6791	0,6809
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002508	0,002524
RENMINBI HONG KONG	796	0,7278	0,728
RIAL/CATAR	800	1,4483	1,4501
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4087	1,4089
RINGGIT/MALASIA	828	1,1241	1,1252
RUBLO/RUSSIA	830	0,05933	0,05934
RUPIA/INDIA	860	0,06336	0,06338
WON COREIA SUL	930	0,003853	0,003855
EURO	978	5,7395	5,7406

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Fevereiro/2024	Abril/2024	0,001024	0,001903
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

23/05	0,01363972	3,04440243
24/05	0,01364013	3,04449330
25/05	0,01364019	3,04450740
26/05	0,01364019	3,04450740
27/05	0,01364019	3,04450740
28/05	0,01364043	3,04456067
29/05	0,01364082	3,04464922
30/05	0,01364117	3,04472715
31/05	0,01364117	3,04472715
01/06	0,01364153	3,04480644
02/06	0,01364153	3,04480644
03/06	0,01364153	3,04480644
04/06	0,01364186	3,04488057
05/06	0,01364241	3,04500289
06/06	0,01364309	3,04515548

Fonte: Fenaseg

TBF

26/05 a 26/06	0,7687
27/05 a 27/06	0,8054
28/05 a 28/06	0,8015
29/05 a 29/06	0,7998
30/05 a 30/06	0,7635
31/05 a 01/07	0,7635

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Abril	1,0369
IGP-DI (FGV)	
Abril	0,9768
IGP-M (FGV)	
Abril	0,9696

Agenda Federal

Dia 6

Salário - Pagamento dos salários mensais relativos a maio/2024. Consultar o documento coletivo de trabalho da categoria profissional, que pode estabelecer prazo específico para pagamento dos salários aos empregados.
Notas:
(1) O prazo para pagamento dos salários mensais é até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. Na contagem dos dias, incluir o sábado e excluir os domingos e os feriados, inclusive os municipais.
(2) NÃO caracteriza infração ao prazo citado na nota (1), o pagamento, no prazo para quitação do salário do mês subsequente, de:
a) parcelas variáveis da remuneração do empregado, relativas ao trabalho realizado APÓS O DIA 20 de cada mês; e
b) devoluções de descontos decorrentes de faltas, atrasos e saídas antecipadas, quando justificados APÓS O DIA 20 de cada mês.
(Portaria MTP nº 671/2021, art. 101-B). Recibo

Dia 7

Salário - Domésticos - Pagamento dos salários mensais dos empregados domésticos relativos a maio/2024 (Lei Complementar nº 150/2015, art. 35). Nota: O empregador doméstico é obrigado a pagar a remuneração ao empregado até o dia 7 do mês seguinte ao da competência. Recibo

Dia 10

Segunda-feiraComprovante de Juros sobre o Capital - Próprio - PJ - Fornecimento, à beneficiária pessoa jurídica, do Comprovante de Pagamento ou Crédito de Juros sobre o Capital Próprio no mês de maio/2024 (art. 2º, II, da Instrução Normativa SRF nº 41/1998). Formulário

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de maio/2024 incidente sobre produtos classificados no código 2402.20.00 (cigarros que contenham tabaco), e as cigarrilhas classificadas no Ex 01 do código 2402.10.00 da TIPI (Cód. DARF 1020). Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Documento de recolhimento - Envio ao sindicato - Envio, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados, da cópia do documento de recolhimento das contribuições previdenciárias relativa à competência maio/2024 (Lei nº 8.870/1994, art. 3º). Documento de recolhimento (cópia)

Dia 13

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis
a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc).
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "a"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.06.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.
Darf Comum (2 vias)

IOF - Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de junho/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

Dia 14

EFD-Contribuições - Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de abril/2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, art. 7º). Internet

VARIEDADES

Nova agenda verde vai requalificar áreas da Capital

PBH fez recentemente plantio de árvores na Praça Raul Soares FOTO: ADÃO DE SOUZA/PBH

"O plano foi anunciado ontem pelo prefeito Fuad Noman, que também assinou dois decretos municipais que autorizam a criação de novas áreas verdes protegidas"

DIONE AS

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) lançou ontem (5), Dia Mundial do Meio Ambiente, a nova agenda verde do município. O plano contempla um conjunto de projetos e ações destinados à proteção e requalificação de áreas verdes na cidade. Áreas protegidas, recursos hídricos e corredores verdes também estão previstos.

O Parque Ciliar Comunitário do Onça, no Conjunto Ribeiro de Abreu, região Nordeste da cidade, por exemplo, é um dos locais inseridos entre as requalificações. O local, com 7 km e criado dentro do conceito de "cidade esponja", tenta imitar a maneira como a natureza absorve, armazena e libera a água em espaços urbanos.

O plano foi anunciado pelo prefeito Fuad Noman (PSD), que também assinou dois decretos municipais que autorizam a criação de novas áreas verdes protegidas. Os textos vão declarar como sendo de utilidade pública para fins de desapropriação de imóveis e benfeitorias situados em matas. São eles:

- Parque Mosteiro Tom Jobim, no Luxemburgo, região Centro-Sul de Belo Horizonte. No bairro, há matas que reúnem espécies nativas de Cerrado;
- Parque Jardim América, no Jardim América, região Oeste. Na região há uma mata que leva o nome do bairro e que segundo pesquisa realizada pelo biólogo Cássio Nunes, vivem espécies de pássaros ameaçados de extinção.

O outro decreto prevê anexar ao Parque Mosteiro Tom Jobim, uma área pública, fazendo com que o parque seja ampliando em mais de 15 mil metros quadrados.

Ainda como parte da agenda, o prefeito afirmou que vai lançar um concurso para a escolha do projeto que prevê transformar o aterro da BR-040 em um novo parque. Além disso, a avenida Antônio Carlos receberá um grande corredor verde, com o plantio de mil árvores no local. Será enviada à Câmara Municipal um novo projeto de lei tratando das emergências climáticas.

Arvorômetro - Outro ponto da Agenda é o Arvorômetro, uma ferramenta que possibilitará ao cidadão consultar o andamento dos plantios de árvores na cidade. Entre 2021 e 2023, a prefeitura plantou 74 mil árvores nas nove regionais da cidade e a meta é chegar a 100 mil até o final de 2024, o que será registrado pelo Arvorômetro.

A PBH vai também nessa Nova Agenda Verde lançar o Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU), trabalho que será executado por uma empresa especializada já contratada. O objetivo é elaborar um planejamento estratégico de longo prazo, até 2050, ano em que o Executivo municipal espera ter 1 milhão de árvores plantadas. Atualmente, a Capital possui cerca de 500 mil.

Ampliar os benefícios da arborização urbana por meio de novos plantios de árvores, educar a população sobre o manejo e cuidado com a arborização urbana, reforçar e estimular em todo o território municipal a cultura de proteção da arborização urbana, e recursos de controle de poluentes, pragas doenças são alguns dos desafios da prefeitura para os próximos meses.

Outras ações verdes que serão desenvolvidas pela PBH são as seguintes:

•Parque Ciliar do Onça
Com percurso de 7 Km, 627,5 hectares e cortando 11 bairros da Capital, segundo a PBH, o Ribeirão do Onça será despoluído. No local serão implantados os "jardins filtrantes", que usam plantas para filtrar as impurezas das águas pluviais. Para dar início às obras, a prefeitura removeu 900 famílias das margens do córrego, exatamente nas áreas que costumam ser alagadas nos períodos de chuvas. Outras 600 famílias ainda serão retiradas.

O projeto foi realizado por meio do acordo de cooperação entre a PBH e a Organização das Nações Unidas (ONU) Habitat, a partir do Programa Global de Espaços Públicos da entidade. O investimento na obra é de R$ 150 milhões, o que inclui também as obras de macrodrenagem no Ribeirão do Onça e o prazo previsto para a implantação do parque é de três anos.

• Miniflorestas urbanas
Como mais uma forma de fortalecer o ecossistema em grandes espaços urbanos da Capital, a PBH começou a implantar, em 2022, as miniflorestas. Já foram implantadas 16 dessas miniflorestas nas nove regionais da cidade e, até o final do ano, mais 11 serão criadas. Com plantios mais adensados, o objetivo é criar ilhas de biodiversidade em áreas pouco vegetadas, além de novos espaços de resfriamento, tornando a cidade mais sustentável. **(Com informações da PBH)**

Feira de Vinhos traz mais de mil rótulos

LEONARDO MORAIS

Com a chegada do inverno, a procura por vinhos aumenta nos lares brasileiros, através de consumidores que buscam por economia, qualidade e experiências diversificadas para degustação. Para suprir a demanda dos clientes, a 15ª edição da Feira de Vinhos do Supernosso chega com novidades, a começar pela seleção de mais de mil rótulos nacionais e importados para os clientes do supermercado em Belo Horizonte.

A feira será realizada nas lojas físicas da rede, além do *site* e *app* do Supernosso. A campanha teve início no último sábado (1º) e vai até o dia 30 de junho, com promoções, degustações e descontos exclusivos para clientes Clube e Prime.

O objetivo da campanha, segundo o gerente de Importação e Adega do Grupo Supernosso, Jean-Charles Godard, passa pela promoção da experimentação no universo dos vinhos. "Haverá uma seleção dos 10 melhores vinhos, fruto de uma análise técnica realizada por nossa equipe de enólogos e da degustação e aprovação dos clientes nas lojas. Além da feira de vinhos, todas as unidades do supermercado contarão com *sommeliers*, que darão dicas de harmonizações com produtos gastronômicos do nosso mix, como queijos, charcutaria, carnes, pães, entre outros", destaca.

Ele acrescenta que o setor é um dos principais focos do grupo, que se dedica em ampliar ano a ano a adega nas unidades. "A Adega do Supernosso dobrou de tamanho nos últimos cinco anos e está cada dia mais adaptada ao gosto dos clientes. Melhoramos o sortimento dos vinhos chilenos, argentinos e portugueses, que são os de maior procura", ressalta.

Além disso, Godard revela que o Grupo Supernosso tem aumentado a presença das vinícolas nacionais no portfólio da rede, principalmente com os espumantes, com qualidade reconhecida internacionalmente. Segundo ele, durante a Feira de Vinhos, a venda da bebida representa 15% do faturamento total de algumas lojas.

Entre algumas novidades em espumantes e vinhos estão, por exemplo, o espumante nacional Don Guerino Moscatel Branco ou Rosé 750ml, o vinho italiano Freixenet Pinot Grigio 750ml, além do vinho português Esporão Colheita Tinto 750ml.

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067